

Jéssica Cardoso

# QUINTO DIA ÚTIL

relatos (in) visíveis das  
trabalhadoras rurais  
assalariadas de Maniçoba



Diagramação: Mariana Brasileiro

Ilustração: Laura Bitú

### Ficha Catalográfica

CARDOSO. Jéssica Viera

Quinto Dia Útil: Relatos (in)visíveis das  
trabalhadoras rurais assalariadas de Maniçoba.

Orientadora: Carla Paiva

ISBN

1. Trabalhadoras Rurais Assalariadas
2. Maniçoba
3. Relações de Gênero.
4. Interseccionalidade

## SUMÁRIO

7 COLHEITA DE VOZES: A LUTA POR DIREITOS NO CAMPO

42 SUMMER

77 “BEM-VINDOS À TERRA DA MANGA”

95 ROSA

138 PALMER

192 TERÇA QUALQUER

Dedico este trabalho às mulheres que seguraram minha mão no momento complexo da minha vida – até hoje. Josecleide, minha mãe; Rosa, Palmer e Summer; Carla Paiva e minhas amigas mulheres, este livro nasceu porque vocês acreditaram na minha capacidade de escrevê-lo quando nem mesmo eu acreditei.

“As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado” (PERROT, 2006)





**COLHEITA DE VOZES: A LUTA POR  
DIREITOS NO CAMPO**

Ao escolher escrever sobre as mulheres trabalhadoras rurais assalariadas de Maniçoba, que trabalham e/ou residem no Distrito, me coloquei a pensar por onde iniciaria essa jornada. Para além do suporte bibliográfico, havia a necessidade de estar o mais próximo possível da realidade vivenciada por elas. Foi então que alguém, e me desculpem, eu não consigo lembrar quem, me falou a respeito do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro (STRJ) e que lá eu conseguiria o direcionamento necessário para dar início à construção do projeto.

O primeiro contato, feito através do aplicativo de mensagens, foi com o Presidente do Sindicato e veio como um divisor de águas. Na época, impossibilitado de me atender, pois naquele momento estava engajado com sua campanha política e devidos as diretrizes legais havia se afastado da presidência, ele me direcionou a uma das quatro dirigentes sindicais, que atua na Secretaria Geral e Formação Sindical do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais, Vitória, que também atua nas comissões de Gênero e Raça dentro da instância.

Feito novamente um contato imediato, também por mensagem, expliquei o que seria o projeto e expressei minha vontade de ir até algumas fazendas. A ideia, nesse momento, seria ir até o ambiente de trabalho dessas mulheres e conhecer um pouco da sua logística laboral e vida pessoal. Também seria uma oportunidade de convidar algumas mulheres, que estivessem dispostas a participar do projeto, enquanto voz central. Nesse primeiro contato, solicitei ainda ao Sindicato dados a respeito do grupo de mulheres que estão inseridas como trabalhadora nas fazendas de fruticultura irrigada do município de Juazeiro-BA.

Vitória, que estava em viagem, cumprindo agenda sindical, relatou que precisava de um tempo para fazer o levantamento dos dados solicitados, mas, de antemão, disponibilizou os contatos telefônicos de quatro delegadas sindicais que atuam em fazendas do Perímetro Irrigado de Maniçoba – destino geográfico de nossa história – e ainda me direcionou ao presidente interino do sindicato que cumpria a função, durante o afastamento do outro representante, informando que ele, por estar presente no município, poderia também me orientar.

Ao contatá-lo e fazer a proposta da visita, ele não só confirmou a ida como prontamente se disponibilizou a me acompanhar na ocasião. Dois dias após essa conversa, fomos numa fazenda não muito longe da minha casa, também não estava localizada no destino geográfico de nossa história, mas contribuiria com alguns dos objetivos desta pesquisa, como entender a realidade dessas mulheres.

No dia da visita, como era de se esperar, o nervosismo havia tomado conta. Saímos bem cedo, pois conforme a orientação do presidente interino, o ideal seria chegarmos no momento em que as trabalhadoras estivessem “batido o ponto” para iniciar sua jornada diária de trabalho. No caminho até essa Fazenda, localizadas nas imediações do Mandacaru 1, fui conversando com o presidente interino, que falava a respeito de sua jornada pessoal de trabalhador rural até ser convidado a ser dirigente sindical.

Aqui, no município de Juazeiro, no norte baiano, funciona a sede do STRJ, que além desse município, representa os trabalhadores rurais dos municípios de Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado e,

conforme Vitória, tem atuado na região do Vale do São Francisco há 31 anos. Essa representação sindical se fazia expansiva, visto que atendia ao rural de forma ampla e, com um tempo de atuação na região, foi observada a necessidade de criação de um sindicato que buscasse por pautas específicas. A partir disso, em 2016, com a dissociação sindical e a criação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Juazeiro, a luta se intensificou, focando nas pautas específicas dos assalariados rurais. A motivação disso é que a agricultura familiar possui demandas próprias, que nem sempre se encaixam nas necessidades dos assalariados, como as cláusulas sociais e econômicas. A criação do sindicato específico para os assalariados permitiu uma maior atenção às suas necessidades e a construção de uma pauta de reivindicações mais adequada à sua realidade, como a luta por salários dignos.

Retornando à visita, ao chegarmos à entrada da Fazenda, o presidente interino desceu primeiro para se identificar na portaria. Assim que adentramos, ele me explicou que a propriedade também abrigava uma agrovila, onde viviam algumas famílias de

trabalhadores. O vilarejo tem uma aparência simples, porém acolhedora, com pouco mais de dez casas padronizadas, todas pintadas de branco e espaçadas por cerca de dois a três metros entre si.

Paramos em uma dessas casas, que havia uma moto estacionada embaixo da árvore. Ao descermos, o presidente encontrou com um homem alto, a quem recebi com um forte aperto de mão, seguido de um abraço. Após o cumprimento, fui apresentada ao mesmo que era um dos trabalhadores da Fazenda e também delegado sindical. Entramos em sua residência e com ele pude conversar sobre como funcionava o vilarejo e algumas informações sobre aquela fazenda em questão. Nossa conversa foi curta, confesso, mas fundamental para o começo da pesquisa, pois pude ter um parâmetro das atuais reivindicações da classe, como reajuste do salário.

Após essa parada, havia chegado a hora de se direcionar ao ponto de apoio, onde estariam os trabalhadores se preparando para ir às suas áreas de destino. A Fazenda, em que estávamos, trabalha com a produção e exportação de uvas, possui um quadro de 40

funcionários, em sua maioria mulheres. Uma vez no espaço, que fica há poucos minutos da agrovila, esperei timidamente as pessoas se acomodarem nos bancos de ferro ao redor da grande mesa que estava no vão. O local não era grande, então logo foi preenchida com a presença dos funcionários.

Num primeiro momento, o delegado sindical solicitou que os funcionários se sentassem, informando que o presidente interino iria falar com eles. O presidente, por sua vez, falou primeiro sobre o fato de estar ali na fazenda, dispondo-se a ouvir demandas que pudessem existir por parte dos funcionários, depois apresentou a mim e a minha pesquisa e me passou a fala. Antes mesmo de ter atenção de todos voltada a mim, já havia notado os olhares curiosos que pairavam aquele momento, era esperado, dado ao fato de eu ser o corpo estranho. Ainda não acostumada com a ansiedade, me apresentei formalmente, disse quais eram meus objetivos em estar ali e perguntei, direcionadas as mulheres ali presente, que, em sua maioria aparentavam ser mais velhas, se eu podia acompanhar parte de seus serviços no campo. Ainda cabreiras, elas aceitaram.

A partir dali me destinei a acompanhá-las nas áreas onde pude coletar algumas informações sobre as atividades que desenvolvia e como funcionava a divisão e organização do trabalho na Fazenda. Naquela semana, as mulheres realizavam raleio e limpeza nas bagas. Trabalhando por meta, pouco mais de quatro horas seriam suficientes para realizarem a finalidade estabelecida do dia. Pude observar também que junto delas, havia um fiscal acompanhando a efetuação do manejo por parte do grupo.

Arrisquei-me em ir a uma área mais distante do ponto de apoio, onde encontrei outro grupo e, com pouco tempo, consegui conversar com uma delas que fazia a limpeza das bagas. Enquanto me explicava que o tipo de uva produzido ali na Fazenda facilitava serviços como o que ela estava desenvolvendo, pois, o fruto ficava mais solto e isso ajudava a despender mais rápido, possibilitando até que realizasse com as mãos, a trabalhadora me falava também sobre sua vida. Morava na sede – zona urbana – e estava empregada há pouco mais de um ano na Fazenda. Naquela semana, estava no campo, mas já havia passado pelo Packing House, tarefa que, para ela, é melhor por não estar tão exposta ao sol.

À medida que ouvia essa trabalhadora, observava as outras, subindo e descendo as carreiras – como são identificadas as ruas dos parreirais – com uma agilidade que só uma vida trabalhando na função é capaz de fornecer a experiência. No ritmo que iam, não me surpreenderia se batessem suas metas antes do horário.

Pude observar também que naquelas áreas em que estive, a presença das mulheres era quase unânime, excetuando o fiscal de área e o delegado sindical. Recordei que, quando pautamos as trabalhadoras assalariadas rurais, de forma geral um tema recorrente é a divisão sexual do trabalho. Dentro do universo laboral, desenvolvido pelas mulheres rurais assalariadas, há pontos que expõem essa divisão sexual do trabalho no Brasil. A temática em si refere-se à forma como, historicamente, tarefas e funções foram atribuídas a homens e mulheres de acordo com normas de gênero. Barbosa (2017) afirma que, ao discutirmos sobre essa temática, elucidamos sua existência e isso nos mostra como as discussões em cima do tema evidenciam que a divisão do trabalho, com base nas relações de gênero existem como uma realidade social.

Saffioti (2011) evidencia que a luta em relação a igualdade de gênero, que abrange a pauta sobre divisão sexual do trabalho, tem sido travada há muito tempo, sendo os sinais iniciais na primeira onda do feminismo, ocorridas nas últimas décadas do XIX, que buscou, entre algumas demandas, a emancipação das mulheres, pautando seus direitos e garantindo nesse momento o direito ao voto. Barbosa (2017) traça um recorte histórico sobre a luta por igualdade, mostrando um diagnóstico sobre a realidade do Vale do São Francisco – área que abrange o escopo geográfico desta pesquisa – , em relação às trabalhadoras rurais da viticultura<sup>1</sup>. Sua pesquisa apresenta “o caminho da libertação das mulheres”, com base nas perspectivas de Marx e Saffioti (2011). Em sua leitura, ela indica que os caminhos que nos trouxe ao presente momento foi arraigado por bastante oposição da burguesia da época que acreditava que a emancipação feminina destruiria as unidades familiares da época.

---

<sup>1</sup> A pesquisa de mestrado da Mestre Ianne Samara, defendida em 2017, na Universidade do Estrado da Bahia, Campus III, tem como foco o estudado das relações de trabalho das mulheres da viticultura do Vale do São Francisco, ou seja, das trabalhadoras da Uva.

Em seu recorte, ela ressalta a importância da segunda onda do feminismo – fundamentada desde 1945, mas com atividades planejadas somente a partir de 1960 a 1990, que teve como cerne ampliar as discussões sobre abertura de profissões voltadas às mulheres, igualdade no trabalho, pagamento pelo trabalho no lar etc. Chantler e Burns (2015) destacam que é nessa onda que, junto a revolução industrial, movimentos de empoderamento feminino ganham força no contexto mundial, com o objetivo de galgar espaços igualitários no quesito mercado de trabalho.

Um dos pontos abordados por Barbosa (2017) é que, em anos das publicações acadêmicas, que pautam a emancipação pela luta feminista associada às ideias socialistas, poucas mudanças no fator liberdade das mulheres foram alcançadas, ainda mais quando relacionada a realidade das camadas marginalizadas socialmente, como é o caso das mulheres trabalhadoras assalariadas rurais. Quando a discussão se concentra no Brasil, temos que voltar nosso olhar para os grupos historicamente alijados, como a classe trabalhadora e as mulheres pertencentes a ela, e, conforme Barbosa (2017), ainda que haja avanços inegáveis como

transformações no perfil familiar e uma legislação que protegem as mulheres no mercado de trabalho, a realidade que envolve essas mulheres ainda é marcada por retrocesso que põe em voga constantemente “condições de vulnerabilidade”, reforçando noções estruturalmente machistas como a divisão do trabalho baseado na condição de gênero, que ainda compete às mulheres atividades que são baseadas na noção do cuidado.

Em relação ao grupo focal de sua pesquisa – que também são as mulheres da viticultura – Barbosa (2017) apresenta uma análise sobre como o trabalho com a uva foi historicamente condicionado como uma atividade feminina. Em contrapartida, o trabalho com a manga é associado a funções masculinas, revelando uma clara divisão do trabalho baseada no gênero de quem o realiza. Mas por quê? As funções atribuídas aos homens são justificadas por sua suposta superioridade física e força – uma perspectiva que toma a biologia como fator determinante na escolha. Já as mulheres, por essa mesma ótica, são vistas como habilidosas, cuidadosas e delicadas, características consideradas essenciais no processo produtivo da uva.

Alguns dias após essa visita, retornei o contato com Vitória, na intenção de encontrá-la pessoalmente, visto que estaria aqui no município. No entanto, sua passagem foi breve e a única forma de conversarmos seria por ligação, o que, dada a minha necessidade, foi a saída encontrada. Então, alguns dias depois de combinarmos, pela tarde, após meu expediente no estágio, entrei em uma sala vazia e fiz a ligação.

Após o “alô” e alguns cumprimentos, informei a Vitória que gravaria nossa ligação e assim damos início à nossa conversa sobre a atuação do STRJ na luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados de Juazeiro. Ao telefone, essa diretora traça, inicialmente, a trajetória sindical aqui na região, conforme sua atuação na instância. Ela ilustra, de forma poderosa, a importância do movimento sindical, especialmente no contexto rural brasileiro. Sua história pessoal se entrelaça com a história do sindicato, revelando as lutas, desafios e conquistas que marcaram a busca por melhores condições de trabalho e de vida para os trabalhadores rurais.

Vitória entrou no STRJ em 2015, como delegada sindical, representando os trabalhadores da empresa

onde atuava. A inserção no movimento se deu por um convite dos colegas, que a reconheceram como uma liderança em potencial. Marcada por diversas conquistas, esse sindicato tem na bagagem a inserção na convenção coletiva de cláusulas que garantem o direito à água gelada, a licença-maternidade, a estabilidade para mães e a obrigatoriedade de cursos de qualificação para mulheres, como o de tratorista. A luta por igualdade de gênero e o combate ao racismo também ganharam destaque na pauta dessa associação, com a inclusão de cláusulas que obrigam as empresas a promoverem debates sobre esses temas, durante a Semana Interna de Prevenção de Acidentes.

A conversa com Vitória direciona a necessidade de fazer uma análise sobre as instituições que se aliam as pautas incorporadas pela luta dos trabalhadores: os sindicatos. No caso das trabalhadoras rurais, é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais quem representa as demandas dessa categoria dentro das fazendas de produção agrícola.

Coletti (2019) destaca que os primeiros indicativos de sindicatos operários surgiram na Europa do século XIX, num cenário de muitas transformações,

como a expansão industrial, a transição do Estado absolutista para o democrático, bem como a consolidação dos direitos humanos de primeira geração - os direitos civis e os direitos políticos ligados à garantia das liberdades individuais. A proposta dessa mudança era fortalecer a instalação e preservação do capitalismo, apoiado pela burguesia – a nova elite que ascendia socialmente, e assim dar margem para insurgência para uma série de transformações nas relações econômica e políticas, que tinham seus preceitos baseado em uma economia sem interpelações do Estado, e, por sua vez, um Estado sem autonomia.

O resultado foi/é um intenso processo de industrialização que propiciou superexploração da força de trabalho operária, com más condições dentro das fábricas, remunerações insalubres e jornadas de trabalhos intensas. Collete (2019) aponta que a resposta a essa tratativa foi uma série de revoltas e manifestações organizadas, que expressavam as insatisfações dos operários. Foi nesse contexto que o sindicato emergiu como instituição organizacional que busca lutar por melhores condições de vida no trabalho.

No Brasil, as primeiras representações sindicais surgem já no século XX, época marcada pela primeira república do país (1889 – 1930), com alguns movimentos, a exemplo das “sociedades de apoio mútuo” e as “uniões operárias”, que foram as pioneiras na organização sindical. Na luta por condições dignas, esse período também é marcado por greves, reivindicações e reuniões, por meio de congressos operários. O Estado não intervinha na organização sindical, no entanto, respondia com repressão policial as manifestações da sindicância.

O cenário muda com a ascensão política de Getúlio Vargas, após a revolução de 1930. Mas não de forma positiva, pois o sindicato, que operava de forma autônoma, sem intervenção do governo, passa, nesse momento, a incorporar o governo e por vias institucionais, suas legendas passam a ser controladas. Foi a partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930), que promulgou a “Lei de Sindicalização” (Decreto-Lei nº 19.770, de 19 de março de 1931), que o sindicato entra em vigor na sua forma institucional no país. Coletti (2019) acredita que esse movimento do Estado em trazer para si a força da

sindicância foi uma estratégia bem-sucedida de desarticular essa instância, pois uma vez parte do governo, o controle sob suas ações é maior e eficaz.

A instituição sindical rural/campo veio anos mais tarde. Conflitos nos campos brasileiros, particularmente na região Nordeste, foram responsáveis por instituir movimentos dos trabalhadores rurais, a exemplo das “Ligas Camponesas do Nordeste”, um conjunto de movimentos que teve início no final da década de 1940, mas que alçou forças nas duas décadas seguintes. De cunho popular, essas ligas tiveram por objetivo a luta pela reforma agrária, e por melhores condições de vida e trabalho no campo, tornando-se um marco na história das lutas sociais no Brasil.

O nascimento desse aporte ao trabalhador marca três fases importantes da atuação das Ligas Camponesas do Nordeste. Num primeiro momento, entre 1955 e 1959, destaca-se a luta pela permanência na terra, resistência jurídica e defesa contra a importunação latifundiária. A segunda fase, datada de 1960 a 1962, é caracterizada por um perfil político e ideológico das mesmas, tendo como foco central a reforma agrária radical e a incorporação de estratégias de revolução

armada. Por fim, a terceira fase das Ligas é marcada por uma crise interna, de 1963 em diante, provocada pela oficialização dos sindicatos rurais.

Ainda assim, a luta dos camponeses vai além da atuação da Ligas, que nesse momento, havia se tornado a principal representação dos trabalhadores do campo até o período pré-ditadura militar (golpe de 1964). Coletti (2019) destaca que os campos rurais de todas as regiões do país travavam conflitos pelo direito a terra, como os posseiros, em Goiás, que ameaçados de despejo, desencadeavam longas batalhas nos municípios de Formoso e Trombas.

O processo de institucionalização do sindicato rural – ou do campo – foi iniciado de fato, em nível mais amplo, em 1962, através de duas portarias instauradas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social: Portaria 209-A, de 25 de junho de 1962, e Portaria 355-A, de 20 de novembro de 1962. Essas portarias estabeleceram, ainda seguindo os estudos de Coletti (2019), o enquadramento sindical para os trabalhadores rurais, permitindo inicialmente a existência de até quatro sindicatos por base territorial: Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura; Sindicato dos Trabalhadores

na Pecuária e Similares; Sindicato dos Trabalhadores na Produção Extrativa Rural; e Sindicato dos Produtores Autônomos.

Vale ressaltar, que a implantação dos sindicatos rurais oficiais foi marcada por uma disputa entre diferentes representações políticas brasileiras, que buscavam hegemonia no movimento camponês, entre eles a Igreja Católica, que objetiva isolar o trabalhador da influência das Ligas Camponesas e dos comunistas; o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que acreditava que a concepção do sindicato deveria partir integralmente do proletariado e a Ação Popular (AP) – também força política nessa disputa – que, inicialmente, defendia uma conscientização do trabalhador através do Movimento de Base, mas que com esse cenário passa a se preocupar mais com a expansão dos sindicatos na federação. Essa disputa, contudo, se deu de forma verticalizada, com pouca participação efetiva dos trabalhadores rurais. O objetivo principal do Estado ao implementar a sindicalização rural era neutralizar a organização autônoma dos trabalhadores, subordinando-os aos seus interesses e aos das classes dominantes.

Em síntese, a sindicalização rural no Brasil, a partir da década de 1960, foi marcada pela intervenção estatal e pela utilização de mecanismos de controle para neutralizar a organização autônoma dos trabalhadores rurais. O assistencialismo e o peleguismo – líder sindical mediador entre o trabalhador e o estado – foram instrumentos-chave nesse processo, resultando em um sindicalismo rural fragilizado, desmobilizado e subordinado aos interesses do Estado. Apesar da crítica de Coletti (2019) sobre o uso dos Sindicatos como manobra de controle dos trabalhadores por parte do Estado, agora intervencionistas, não podemos negar que a representação sindical se mostra como parte essencial na luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados em todos os segmentos.

Entendendo que a luta dos trabalhadores tem sido marcada pela exigência incansável dos direitos mais básicos, Vitória lembra de um dos momentos mais marcantes de sua trajetória, e que demonstra a importância do sindicato, que foi a luta pela água gelada no local de trabalho. Em 2015, a garantia de água potável já existia, mas a água gelada, essencial para suportar as condições desgastantes de trabalho sob o sol, ainda era

uma reivindicação. A conquista desse direito, por meio da negociação coletiva, significou uma melhora substancial na qualidade de vida dos trabalhadores, eliminando a necessidade de carregar garrafas com gelo e acordar mais cedo para congelá-las. Essa conquista, aparentemente simples, teve um impacto significativo no dia a dia dos trabalhadores, demonstrando a capacidade do sindicato de lutar por melhorias tangíveis e significativas.

Essa realidade de luta nasce com a classe trabalhadora e o trabalho nasce com as mulheres. Perrot (2006) reforça que a trajetória de afazeres das mulheres inicia na execução de tarefas de cunho artesanal, doméstico, no campo e no comércio, no entanto, essas atividades eram condicionadas à posição de auxílio, à sua família e ao seu marido, nunca visto como o que sempre foi: trabalho. Por sua vez, elas não recebiam remuneração pela prestação de seus serviços e um dos fatores que levava essa desvalorização da força de trabalho feminino era a crença de que mulheres não lidavam “racionalmente” com recursos financeiros, o que não à toa servia como base para que os homens –

pais, filhos e maridos – fossem os representantes pelo recebimento do dinheiro.

Esse período ficou conhecido como colonato, um sistema adotado pelos fazendeiros brasileiros, durante o século XIX, que teve como propósito a substituição da mão de obra escravizada negra pela mão de obra dos imigrantes italianos, que fugiam também da crise europeia para o Brasil. Nesse sistema, as unidades familiares desses migrantes eram contratadas pelas fazendas de café e cana-de-açúcar, lá recebiam uma terra, para além de prestar seus serviços na fazenda, poderem tirar seu sustento do que plantavam.

A presença das mulheres enquanto trabalhadoras rurais já está impressa nesse período. Ainda no sistema colonato, elas desempenhavam papel fundamental na linha de frente produtiva, conjugando as atividades do lar, com as atividades do cafezal e a roça sob a qual sua família possuía domínio. Eram as esposas e filhas desses homens, pertencentes às unidades familiares contratadas, que se equilibravam entre as atividades desempenhadas nas propriedades rurais e atividades de casa.

Com a industrialização e o surgimento dos primeiros sinais do assalariamento em solo nacional, surgem também as mulheres, das camadas sociais mais pobres – em sua maioria mulheres negras – que são empurradas para as atividades laborais. E quais seriam elas? As de trato doméstico, nas casas dos fazendeiros, ou colonos com maiores condições, eram praticamente a única saída até a década de 1950. Del Priori (2004) explica que a década de 1960 veio como um verdadeiro divisor de águas, com uma mudança completa, potencializada pela modernização, caracterizado pela concentração de terra, expulsão dos colonos, mudanças nas relações do trabalho e implantação de novos produtos agrícolas, que dá espaço a mudança de um sistema – colonato – para o outro - assalariamento.

Nasce, nesse contexto de novas tecnologias para o setor agrícola nacional, as mulheres assalariadas rurais, ou como são chamadas na literatura, a mulher boia-fria<sup>2</sup>. Com a transição das décadas, há o êxodo dos trabalhadores das fazendas para os centros urbanos que ganham força. Esse cenário colabora para o surgimento

---

<sup>2</sup> Xavier (2013) vai dizer que o termo classifica trabalhadoras que não possuem vínculo formal de emprego, trabalhando na informalidade.

do mercado de trabalho no campo e com isso os trabalhadores temporários, que operavam sua força de trabalho no campo, mas residiam nas cidades. É claro que em meio a essas mudanças, o trabalho da mulher passa por redefinições, como por exemplo a desvinculação de seu contrato às unidades familiares, pois agora a venda de sua força de trabalho era “livre”, o que fez com que muitas mulheres entre as décadas de 1970 e 1980 fossem absorvidas para trabalhos no corte da cana, colheita de café, laranja e outras culturas, sendo submetidas a um intenso processo de dominação que expõe desde o início a desvalorização e invisibilidade da força de trabalho feminina.

Desde então a trajetória das mulheres no trabalho rural é marcada por momentos históricos de desvalorização e desumanidade. No processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, especificamente no meio rural, fatores como desigualdade nas relações de gênero só foram ainda mais acentuadas, a exemplo da remuneração por seus serviços. Ainda que tivessem sua força de trabalho equiparada aos dos homens, a remuneração feminina –

porque agora passavam a ter uma – era inferior se comparada a deles.

Ainda na chamada telefônica com Vitória, me ocorreu perguntar à dirigente sobre as pautas centrais que chegam até o sindicato local. Seu relato apontou que as pautas mais debatidas por essa instituição com os trabalhadores rurais de Juazeiro refletem as necessidades urgentes da categoria e a busca por melhores condições de trabalho e de vida. De acordo seu depoimento, algumas demandas se destacam como prioridades na luta síndica, como a busca por um “salário digno” que atenda às necessidades básicas dos trabalhadores é uma luta constante.

O salário atual da categoria é de R\$ 1.450,00, considerado insuficiente para cobrir os custos de vida básicos, como aluguel, alimentação, água e energia. Junto aos trabalhadores, o STRJ tem reivindicado melhorias nessa remuneração, que vá além da reposição da inflação, buscando o reconhecimento do valor laboral dos trabalhadores rurais e avanços da qualidade de vida. A ausência de alimentação gratuita nas fazendas é também uma das demandas, visto que obriga os trabalhadores a acordarem de madrugada para preparar

suas refeições e levá-las para as tarefas. Assim como a conquista da água refrigerada, a garantia de alimentação no local de trabalho é vista como uma pauta fundamental para melhorar a qualidade de vida da categoria, proporcionando mais tempo livre e garantindo uma refeição adequada durante a jornada laboral.

No ponto sobre alimentação, a cesta básica é outra reivindicação importante, visando complementar a renda dos trabalhadores e garantir o acesso a alimentos básicos. Apesar de algumas empresas fornecerem cestas básicas, por iniciativa própria ou por exigência de certificações, a garantia da cesta básica para todos os trabalhadores rurais ainda não consta na convenção coletiva, conforme o relato informal de Vitória. Ela ainda ressalta, em nossa conversa, que novas pautas passam a integrar a luta dos trabalhadores pela representação sindical, como a luta por igualdade de gênero e o combate à discriminação contra as mulheres, que tem sido prioridade para o STJR, especialmente considerando que a maioria dos trabalhadores nas plantações de uva do Vale do São Francisco são mulheres.

A presença majoritária das mulheres no trabalho rural, nessa região, estimulou o sindicato a promover a inclusão na convenção coletiva de cláusulas que garantem a estabilidade para mães por seis meses (dois meses a mais do que a legislação garante); o direito à amamentação durante a jornada de trabalho; a obrigatoriedade de cursos de qualificação para mulheres; e a discussão sobre o período menstrual, buscando o reconhecimento de questões específicas sobre a saúde das mulheres e a garantia de seus direitos. A inclusão de cláusulas que combatem o racismo no ambiente de trabalho também é uma vitória importante para esse sindicato. A convenção coletiva obriga que as empresas a promovam debates sobre racismo e discriminação durante a Semana Interna de Prevenção de Acidentes, conscientizando os trabalhadores e estimulando a construção de um ambiente de trabalho mais justo e igualitário.

Por fim, outra pauta importante, destacada por Vitória, é a luta por um feriado no Dia do Trabalhador Rural, 17 de fevereiro, sem a necessidade de compensação posterior. Atualmente, o trabalhador que folga nesse dia precisa compensar a falta, o que, para o

sindicato, desvirtua o caráter de feriado da data. O STRJ busca o reconhecimento da importância do trabalhador rural e a garantia de um dia de descanso e comemoração da categoria.

Um dos desafios do STRJ é extensa demanda, devido a área atendida pelo órgão. Somente em Juazeiro, esse sindicato está presente em mais de 50 fazendas da agroindústria e para atender a demanda dos assalariados em toda região do Vale do São Francisco, o sindicato utiliza diferentes estratégias para garantir a visitação às fazendas e o contato com os trabalhadores rurais, mesmo com as dificuldades impostas pela extensa área de atuação. Vitória, em seu depoimento, detalha como essa instituição se organiza para superar esses desafios e manter uma presença ativa junto aos trabalhadores.

Com a extensão territorial do município de Juazeiro, é organizado "agendas casadas", visitando fazendas próximas na mesma região em um mesmo dia. Além disso, a legislação trabalhista atual restringe o acesso dos sindicalistas às empresas durante o horário de trabalho. Para contornar essa limitação, são priorizadas visitas em horários estratégicos, como durante o café da manhã, o

almoço e no final da jornada laboral. Essa estratégia permite a interação com os trabalhadores sem interferir em suas atividades.

Outro artifício, considerado um dos mais importantes para garantir a presença do sindicato nas fazendas, é a rede de delegados e delegadas sindicais. Esses representantes são trabalhadores eleitos pelos seus companheiros de trabalho para atuarem como elo entre o sindicato e a base, garantindo estabilidade no emprego para exercerem essa função. Os delegados têm a responsabilidade de dialogar com os trabalhadores, identificar suas demandas, mediar conflitos com a empresa e manter o sindicato informado sobre a situação nas fazendas.

Vitória me conta que o sindicato reconhece que a extensão do território limita em muita sua atuação, no entanto, tem buscado manter uma frequência regular de visitas, procurando não deixar nenhuma fazenda sem vistoria por mais de um mês. Esses momentos, mesmo que breves, são importantes para manter o diálogo com os trabalhadores, identificar suas demandas e informá-los sobre os direitos conquistados pela convenção

coletiva. Essa constância na comunicação é fundamental para construir uma relação de confiança entre o sindicato e a base.

Faz parte também da agenda sindical a participação de assembleias itinerantes, que culmina nos períodos de negociação coletiva e, durante esse momento, é intensificada a presença do STRJ nas fazendas, realizando essas assembleias em cada empresa. O objetivo é apresentar a pauta de reivindicações, explicar as estratégias de negociação e ouvir as demandas dos trabalhadores. É um momento de diálogo direto e de construção coletiva da luta sindical, fundamental para garantir que as reivindicações reflitam as reais necessidades dos trabalhadores. Vitória chama isso de “trabalho de base” e ressalta a importância dessa etapa:

– Essa proximidade com a base garante que o sindicato tenha conhecimento das reais condições de trabalho, das demandas dos trabalhadores e possa representá-los de forma mais efetiva nas negociações com o setor empresarial, reafirma ela.

Nossa conversa também levou essa dirigente a refletir como a reforma trabalhista impactou significativamente na relação entre trabalhadores e o sindicato, exigindo uma aproximação mais intensa com a base para garantir a sustentabilidade da organização. Ela relatou que a mudança legislativa forçou o sindicato a adotar novas estratégias para manter sua representatividade e relevância, visto que a reforma eliminou a contribuição sindical obrigatória, que era uma importante fonte de financiamento para essas instituições. Essa perda obrigou o sindicato a se aproximar mais dos trabalhadores, para convencê-los da importância de se filiarem e contribuírem financeiramente. Vitória ainda informou que a mensalidade da banca assistencial (R\$ 28,24, equivalente a 2% do salário-mínimo) é essencial para custear as negociações coletivas e as atividades do STRJ.

A necessidade de garantir sua sustentabilidade financeira levou esse sindicato a intensificar o trabalho de base, buscando conscientizar os trabalhadores sobre a importância da organização sindical e da contribuição individual para a manutenção da luta por direitos e melhores condições de trabalho. As visitas às fazendas,

as assembleias itinerantes e a comunicação constante com os trabalhadores se tornaram ainda mais importantes nesse contexto. Para atrair mais filiados, o sindicato também passou a oferecer serviços assistenciais aos sindicalizados. Consultas odontológicas, exames oftalmológicos e descontos em óticas são alguns dos benefícios oferecidos, como forma de demonstrar o retorno da contribuição para a vida dos trabalhadores.

O resultado, conforme Vitória, tem se mostrado positivo. Apesar das dificuldades impostas pela reforma trabalhista, o sindicato tem conseguido manter uma alta adesão de trabalhadores. Ela afirma que cerca de 40% dos trabalhadores do Vale do São Francisco são filiados ao sindicato, o que é considerado positivo dada a conjuntura atual, marcada pelo ataque aos direitos trabalhistas e pela desvalorização da organização sindical.

A trajetória sindical, como retrata a representante do STRJ, demonstra a importância da luta por direitos e da busca por um mundo mais justo e igualitário. Seu relato, reforça a necessidade de união entre os trabalhadores e o

engajamento nas pautas que visam garantir a dignidade e o bem-estar de todos. Apesar da posição de liderança que ocupa hoje, Vitória teve sua primeira formação dentro do campo e ressalta a importância desse fato e como ele reflete em seu cargo atual. Apesar dos avanços conquistados, o sindicato ainda enfrenta desafios para conscientizar alguns trabalhadores sobre a importância da união e da contribuição sindical. A desvalorização histórica do trabalho rural e a mentalidade individualista dificultam a adesão de alguns trabalhadores à causa coletiva.

É nesse cenário que se desenrola as vozes dessas histórias. Elas são aquelas que, entre os campos e as cidades, trilham suas jornadas diárias, enfrentando os desafios do Perímetro Irrigado de Maniçoba com coragem e determinação. Cada uma traz consigo uma trajetória marcada por lutas silenciosas, onde a força se revela nos pequenos gestos cotidianos. Mulheres protagonistas de suas próprias histórias, que se repetem a cada novo amanhecer. Elas representam, com sua resiliência, muitas outras do Distrito, que também buscam construir seus próprios caminhos. Elas habitam um espaço de resistência, onde a luta nem sempre é

visível, mas se faz presente em cada ação, por mais simples que pareça.

Nesse território, elas desafiam as adversidades, conquistando, passo a passo, aquilo que parece improvável. Em um lugar onde o cansaço é quase imperceptível e os sonhos são cultivados com a mesma dedicação com que se planta a terra, essas mulheres não apenas enfrentam os desafios, mas também celebram as vitórias de suas batalhas. São vitórias que, embora pequenas, são grandiosas em significado, pois carregam a força de uma luta diária que jamais se apaga.





SUMMER

Nacionalmente conhecido como o dia mais triste da semana, para este projeto, o domingo tomou para si um tom mais alegre e especial. Agora, considero esse dia específico para encontros e novas descobertas, mas também ele deve ser encarado como um evidencia de uma rotina intensa para trabalhadoras rurais, sobretudo Rosa, Palmer e Summer, a quem finalmente conheceremos nesse momento da história.

O encontro com Summer foi um tanto tardio, devido a algumas intempéries que ocorreram desde o primeiro contato via aplicativo de mensagem. Até a Formação de Gênero para Trabalhadoras Rurais, mencionado já algumas vezes aqui, nunca tinha dado certo de culminarmos esse momento. Summer também é uma delegada sindical, ela esteve presente no encontro promovido pelo STRJ e foi ali, ainda sem saber que era com ela que trocava histórias de histórias de sua vida, que finalmente pude conhecê-la e, modéstia à parte, um contato presencial ainda é a forma mais eficaz de aproximação.

Após algumas – muitas – semanas, cá estou, em mais um domingo de encontros e descobertas. No entanto, tudo foi tão diferente. O trajeto de aproximadamente trinta minutos, feito durante as manhãs, nas outras duas vezes que visitei as entrevistadas Rosa e Palmer, foi substituído por um caminho extremamente mais perto, apenas 15 minutos em uma moto de aplicativo, no clima ambíguo de três horas da tarde. A residência de Summer está localizada no bairro vizinho ao meu, a demora fica por conta do caminho sinuoso, de estrada de chão, uma vez que essa parte da cidade ainda não possui ruas perfeitamente demarcadas e asfaltadas, tão pouco iluminação. Agora, um matagal espesso era o que me separava dela.

Inserida no contexto urbano, Summer mora num bairro afastado da área central de Juazeiro, institucionalizado município em 1878, conforme o IBGE, constituído por cerca de 65 bairros urbanos e nove distritos na zona rural, um número que sobe frequentemente, devido a constante expansão demográfica que coloca esse local como o quinto mais populoso da Bahia. Conforme o último Censo

Demográfico, em 2024, Juazeiro possuía 254.481 habitantes.

Esse afastamento geográfico, sob o qual experiencia Sumner, visto que mora às margens – de forma literal – da cidade, nos leva a considerar uma reflexão sobre “segregação socioespacial” e de que forma tal fenômeno impacta sob o cotidiano de pessoas que moram na periferia urbana. Analisando pela ótica marxista, a segregação evidencia como as relações de classe operam em sociedade como forma de controle, por parte da classe alta e por ser um fenômeno complexo, possui diversas teorias que vão além da separação física no espaço urbano. Conforme os estudos de Negri (2010), essa movimentação, fomentada pelo Estado, se traça num instrumento de controle, onde pessoas com maiores recursos financeiros habitam pontos beneficiados com boa infraestrutura, acessos aos demais serviços sociais como saúde e educação de qualidade, enquanto aquelas que vivem em locais fora do escopo central são empurradas para ambientes de desvalorização social.

O bairro em que Summer reside fica alocado em umas das saídas de Juazeiro, às da BA-210, com mais de

6500 habitantes. O fato de estar geolocalizado nas extremidades da cidade, não o torna, por si só, uma periferia. A discussão vai além. Não há uma determinação amarrada, mas ao ler Negri (2006), que se baseia em autores como Manuel Castells e David Harvey, ambos com correntes marxistas, compreende-se que essa segregação se dá por meio da negação de acesso de pessoas pobres aos seus direitos mais básicos, causando uma enorme disparidade entre as classes sociais, ainda que permeiem os mesmos espaços geográfico.

Em seu bairro há alguns obstáculos em relação a infraestrutura básica. Durante meu trajeto, feito até a residência de Summer, pude observar algumas dessas adversidades, como ruas não calçadas e problemas de esgoto, que, em alguns pontos do bairro, estão expostos a céu aberto. Esses fatores são ainda mais acentuados durante os períodos de chuva, onde transtornos como alagamento, excesso de lama e transbordo das águas, que invadem as residências, são problemas que dificultam o cotidiano de muitos moradores do bairro.

No estágio, também atendi alguns relatos de moradores desse mesmo bairro, sobre problemas de saúde existentes no local. Denúncias sobre a falta de médicos no posto de saúde estão entre as que mais recebi., com prejuízo, por exemplo em relação trabalhadores que precisam faltar ao trabalho, para comparecer às consultas, mas que em decorrência da falta de profissionais nesses espaços, acabam ficando sem o atendimento e com a falta sem abono.

Minha primeira visão de Summer, ao descer da moto, foi do seu rosto gentil e alegre que, inevitavelmente, me faz lembrar da minha mãe, combinada ao seu “macaquinho” amarelo queimado vibrante, enquanto tentava conter a euforia da cachorrinha da família. Após um caloroso abraço, fui conduzida a sua sala. Summer me recebe comentando sobre as obras destinadas à sua residência, que passa por uma grande extensão, incluído a construção de quartos novos e um banheiro também. Atenta às suas palavras, nos sentamos em seu sofá e, permitida a gravação de nossa conversa, começamos a puxar as raízes da vida de Summer.

Natural de Santana do Cariri-CE, Summer, passou a primeira parte de sua infância entre os municípios do Crato e Iguatú, também no Ceará. Aos 13 anos, veio com sua família para Bahia. Hoje é trabalhadora rural, que reside no centro urbano e aos 53 anos de idade, ela, que há pouco mais de 15 dias tem desenvolvido seu trabalho no Packing House da uva, na Fazenda, faz parte de um grupo de mulheres – homens também - que são identificadas como trabalhadoras assalariadas rurais urbanizadas.

A categoria “trabalhadores assalariados rurais urbanizados” surge com a transformação nas relações de trabalho no campo e das influências que o espaço rural sofre do fenômeno urbano, visto que este local está envolto na vida cotidiana desses trabalhadores. Conforme Xavier (2013), esses trabalhadores, também intitulados como “boia-fria”, são, em sua maioria, pessoas contratadas temporariamente, o que reforça a instabilidade e precarização da força de trabalho da categoria.

As normas que regem o trabalho assalariado rural urbanizado seguem as dinâmicas do agronegócio, que

tendem a priorizar a produção em larga escala e a acumulação de capital. As condições de trabalho e vida são determinadas pelas necessidades do mercado e pelas dinâmicas do capitalismo contemporâneo. Essa lógica abre precedente para o que Xavier (2013) chama de “desterritorialização e migração”, que elucida que a expansão do agronegócio e a modernização do campo, levam à expulsão de trabalhadores de suas terras, forçando-os a migrar para outras regiões em busca de trabalho. Essa desterritorialização contribui para a precarização de suas condições de vida e trabalho.

Em seu âmbito social e cotidiano, esse autor ainda elucida que, apesar de trabalharem no campo, é no contexto urbano que vivem esses trabalhadores. Para Xavier (2013), essa distinção espacial influencia esses trabalhadores em alguns aspectos, como a cultura do consumo, que aspira bens e mercadorias urbanas, como carros, motos, eletrodomésticos e eletrônicos. No entanto, esse acesso ao consumo muitas vezes não é acompanhado por melhorias nas condições de vida e trabalho. O que abre espaço a outro aspecto apontado pelo autor, o individualismo. Esse comportamento, como aborda esse autor, tem se intensificado entre os

assalariados rurais urbanizados em detrimento ao acesso a bens de consumo influenciados pelo modo de vida urbano, gerando enfraquecimento nos laços de solidariedade e as ações coletivas, característicos do movimento dos trabalhadores rurais assalariados que trabalham e residem no campo.

Por terem o espaço urbano como lar, a relação com a terra também é diferente entre a categoria. O campo não é visto como espaço de subsistência e sim como o espaço laboral dessas pessoas. Ainda assim, conforme Xavier (2013), a relação social dos trabalhadores assalariados rurais urbanização com o espaço rural torna-se híbrida, instigando a combinação de elementos de ambos os espaços – rural e urbano – o que também evidencia a discrepância em relação aos dois ambientes, como por exemplo, o acesso à educação.

Summer possui segundo grau completo, com formação profissionalizante em magistério, então sua trajetória no trabalho foi um pouco diferente da história de Rosa e Palmer. Ela iniciou não nas fazendas de fruticultura irrigada, como as outras mulheres apresentadas aqui, mas como professora substituta no

primário. Não pude deixar de refletir curiosamente o que a levou a profissão que exerce hoje. Com sorriso indistinto, como se nunca tivesse feito aquela indagação antes, ao meu questionamento ela reconheceu ser “uma boa pergunta” que merecia “uma boa resposta”.

Summer recorda que o contato com o magistério foi incentivado por sua irmã. No entanto, sua verdadeira paixão sempre foi a enfermagem. Com medo de ficar sem estudo, ela decidiu se matricular no curso profissionalizante da área. Após concluir a formação, enfrentou dificuldades para encontrar emprego no mesmo segmento, já que as contratações eram instáveis, e os concursos pareciam ser a única alternativa para uma carreira mais segura. Suas experiências como professora do ensino primário foram, em sua maioria, substituições durante as férias de outras profissionais, mas essa atuação acabou sendo passageira.

A pausa na carreira educacional deu início a um momento mais pessoal na vida de Summer. Com o casamento veio o nascimento do primeiro filho e a então professora passou a voltar sua atenção para dentro de casa e as reponsabilidades da maternidade. Foi só

quando seu filho tinha dois anos que Summer, percebendo que precisava fazer algo para ter sua independência financeira, teve a ideia de montar em sua casa um espaço em que pudesse dar aulas particulares, popularmente conhecidas por aulas de bancas ou reforço escolar. Nesse momento, ela comprou algumas mesas, a lousa e, em pouco tempo, já ensinava uma turma de crianças da vizinhança, inclusive seu filho mais velho que passou a ser membro integrante da turminha de alunos de Summer.

Não demorou para que novamente ela tivesse que pausar suas atividades, em decorrência de sua segunda gravidez e, posteriormente, o nascimento da criança, quando dar aulas ficou inviável. Mesmo sendo solicitada pela vizinhança para que retornasse à função, o período da gestação, relata ela, foi marcado por complicações previstas para o momento, como muitos enjoos, episódios de fraqueza, cansaço excessivo. Com o nascimento do segundo filho, Summer, que ainda tinha certa esperança em voltar a lecionar, foi deixando cada vez mais de lado essa função para poder cuidar dos dois filhos.

Quando achava que poderia fazer seu retorno, Summer descobre a terceira gestação. Ela destaca esse momento como um período complicado, pois novamente passava por problemas em sua saúde e pouco tempo depois o diagnóstico a notícia do terceiro filho adiou seu tratamento. Mais uma vez, teve que se dedicar às responsabilidades maternas e sem perspectiva de voltar a lecionar, em 2014, teve seu primeiro contato com o trabalho rural assalariado.

Summer é mãe de três filhos e faz parte de um grupo que tem crescido potencialmente na sociedade brasileira: as mães-solo. O reflexo dessa ascensão apareceu agora, em 2024, quando, a partir da pesquisa publicada pelo IBGE, a respeito dos modelos domiciliares, ficou indicado que 51% das mulheres baianas são chefes de seus domicílios, fato ocorrido pela primeira vez nesse estado, elucidando que mais da metade dos lares na Bahia são chefiados por mulheres. Tal qual Summer, que há quatro anos lida com essa realidade. Quando passou por sua separação, seus filhos tinham 19, 14 e dez anos, respectivamente. Apesar do mais velho já trabalhar, seus outros dois filhos, ainda

muito novos, eram totalmente dependentes dela para sobreviver

Isso novamente nos lembra o debate sugerido por Del Priori (2004) que estimula reflexões sobre a constituição da “maternidade popular” – o exercício da função em famílias pobres – do século XX, que, apesar de distante, em espaço temporal, demonstra semelhanças com a atualidade. Conforme essa autora, a maternidade popular foi construída tendo como base valores morais e culturais que ressaltavam a importância de uma família numerosa, também vista como de rede de apoio mútuo. Ela resalta ainda que a maternidade não se concentrava somente à mãe biológica, podendo exercer a função as avós, tias e cuidadoras, que desempenhavam também papéis decisórios nas vidas dessas crianças, na criação, educação e prospecções futuras.

Para essa autora, essa formação da maternidade, específicos em grupos sociais populares, entrega um cenário onde geralmente a mãe biológica, a fim de sua sobrevivência e de seus filhos, sai em busca de emprego, tendo em muitos casos a família – avós, tias, e tios e irmãos – e outras redes mutuas – vizinhos, cuidadoras,

amigos e padrinhos – como suporte na criação dos mesmos, tornando o cuidado sob essas crianças algo compartilhado entre a unidade de família nuclear – pai e mãe – e todos os outros membros que compõe a rede de apoio popular. Faz parte da realidade da criação ainda a fragilidade conjugal, sob qual muitas famílias nucleares atravessam, fazendo com que o fluxo de circulação dessas crianças aumente. Del Priori (2004) reforça que, nesses casos, a dependência de uma rede de apoio por parte dessas crianças, para que contribuísse para sua sobrevivência, é ainda maior, tendo em vista a crença popular que sugere que a mãe, que não possui um marido dentro de casa, e que ainda trabalha, não seja o modelo adequado de maternidade.

Com Sumner, que vivencia a maternidade há 23 anos, sendo quatro anos como mãe solo, a dinâmica funciona com o suporte de seus próprios filhos, bem como dos seus familiares próximos. Entendendo que esse período seria um divisor em sua vida, Summer relata que sempre teve seus filhos como a prioridade e que naquele momento, estar com eles seria o bastante para enfrentar qualquer mudança que viesse surgir. Nesse período, ela já se encontrava empregada, então a

estabilidade financeira, proporcionada pelo seu cargo de delegada, a tranquilizou, podendo manter seu foco na criação de seus filhos, que, conforme seu relato, foi o maior de seus desafios, especialmente por causa de influências externas. Uma de suas estratégias é a orientação de seus filhos acerca dos perigos e realidades no mundo, mas reconhece que fora das paredes do seu lar surgem situações que estão fora do seu alcance.

Como dito, são seus filhos a maior rede de apoio com a qual Summer conta. No processo de sua separação, a comunicação aberta com eles foi fundamental, explicando a situação e buscando compartilhar a realidade que vivenciavam a partir daquele rompimento. Ainda que fossem apenas adolescentes e crianças, a medida adotada por Summer contribuiu para o reforço desse laço de proteção deles para com ela, tendo, por exemplo, o filho mais velho como um grande suporte nessa fase. Foi ele também quem ajudou a cuidar dos irmãos mais novo na ausência de Summer, quando ainda tinha 19 anos.

Esse cenário colaborou para que Summer tenha mais de dez anos de trabalho como assalariada rural

urbanizada. Nesse meio tempo, como bem lembra, já fez “de um tudo”, como, por exemplo, a passagem por 3 empresas, desempenhando atividades na manga e uva, sendo suas experiências mais recentes na área da uva, com o packing, raleio, pinicado, desbrota, despenca, desfolha, função que segundo ela é a que é a que mais gosta estando no campo.

Essas funções, destacadas por Sumner, fazem parte do processo de produção da uva nas Fazendas. Algumas delas são específicas, como o raleio, pinicado, desbrota, despenca e desfolha, realizadas ainda no campo, com objetivo de acompanhar todo o processo de crescimento do fruto no parreiral. A função que é destacada como sua favorita, a desfolha, consiste em eliminar o excesso de folhas na videira, a fim de arejar os cachos e garantir que a quantidade ideal de luz alcance os frutos. Todas essas funções são realizadas manualmente, podendo haver auxílio de tesouras.

Já o Packing House, em tradução livre, é a casa de embalagem. É um processo que faz parte de toda propriedade agrícola que produz frutos de pequeno porte – uva, manga, melão - para importação e exportação.

Pensem no Packing como um grande galpão, com tetos altos e iluminação natural. Nesse ambiente, grandes mesas são dispostas na vertical ou horizontal, a depender do espaço disponibilizado, onde cada funcionário fica disposto, em pé, com uma pilha de caixas vazias ao seu alcance, e os frutos sobrepostos às suas bancadas. No caso do Packing da uva, Sumner relata que a sua disposição fica também uma balança, que auxilia na pesagem dos cachos do fruto, garantindo um maior controle e precisão do que é embalado.

A elaboração de processos como esses nos leva a refletir sobre a indústria da fruticultura irrigada na região, seu funcionamento e a forma que ela impacta na vida de trabalhadoras rurais assalariadas. Barbosa (2017) e Souza (2020), que estudam as mulheres trabalhadoras rurais da região, em seus respectivos recortes, apresentam, em suas dissertações de mestrado, um parâmetro sobre a instituição e consolidação da fruticultura irrigada na região do Vale do São Francisco.

Conforme ambas autoras, a prática se consolidou na região entre as décadas de 1970 e 1980, a partir do apoio estatal, que percebeu na região o potencial

econômico proporcionado pelas águas do Rio São Francisco. Esse fator ainda foi/é explorado na construção de usinas hidroelétricas e implantação dos perímetros irrigados, como Maniçoba, por exemplo. Ambas afirmam que a expansão inicial se deu com a produção de uva e manga, na região, e que mais tarde, a produção de vinhos, espumantes e sucos, derivados da cultura da uva também impulsionaram a indústria elencando crescimento expressivo da fruticultura irrigada na região do Vale.

Barbosa (2017) ressalta, inclusive, que a região do Vale do São Francisco se destaca como grande exportadora de frutas, especialmente de uva, aproveitando uma janela de mercado sem concorrência com outros países. A maior parte da produção de uva é destinada à exportação. A produção de manga não fica para trás, como mencionado em capítulos anteriores, tendo destaque também para o mercado interno, representado pelo centro de distribuição do município, o mercado do produtor que recebe mensalmente inúmeras toneladas do fruto.

Sobre a mão de obra feminina, Souza (2020) aponta que, em sua pesquisa, que as mulheres representam uma parte significativa da força de trabalho nesse setor, chegando a 74% da mão de obra nas fazendas. Na uva, elas são, geralmente, contratadas para atividades manuais como raleio, desbrota, desfolha, despenca, colheita e embalagem, o que reforça estereótipos de gênero que temos abordado aqui. Essa autora destaca ainda que essas trabalhadoras enfrentam longas jornadas de trabalho, perdas de direitos, demissões frequentes e falta de oportunidades de capacitação, denunciando que as condições de trabalho são descritas como extenuantes, repetitivas e com metas diárias exaustivas a serem cumpridas.

Em resumo, o processo de instituição da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, para além de preencher os olhos com o discurso de altas tecnologias e desenvolvimento social e econômico, evidencia fortes transformações na agricultura local, tornando o setor cada vez mais empresarial e gerando uma enorme gama de desapropriação fundiária, o que afetou profundamente inúmeros agricultores familiares. Esses, nesse momento, passam a prestar serviços como

trabalhadores rurais assalariados, abrindo espaço para um cenário de discrepância, que, por um lado, exhibe o orgulhoso discurso sobre a geração de emprego e renda na região, mas que, por outro, proporciona trabalhos precarizados, com condições vulneráveis e de grande instabilidade para essa categoria.

Em relação a inserção de Sumner como trabalhadora assalariada rural urbanizada, para além da função formal da carteira de trabalho, há cinco anos, na Fazenda, ela foi escolhida para assumir o papel de delegada. Esse foi um cargo, como ela mesma expõe, que “Há pegou completamente de surpresa”. Sua candidatura se deu como forma de provar para suas companheiras que ela não seria o perfil adequado para estar numa posição como aquela.

Summer conta que, na época, havia uma representante muito bem quista pelos trabalhadores e que, quando era impulsionada pelas suas companheiras para concorrer ao cargo de delegada, ela considerava a ideia um devaneio e, em resposta, em seu segundo ano na Fazenda, ela se candidatou para o cargo, pois acreditava que as pessoas que estavam atualmente no

cargo seriam votadas outra vez, principalmente, a que ela considerava mais popular entre os trabalhadores. “Essas pessoas não votam em mim”, costumava pensar ela. Já podemos imaginar que o desfecho não foi esse.

De fato, seu tempo maior de contrato tem se dado na Fazenda que, atualmente, ela opera, com sete anos de como efetivada. Enquanto funcionária no pack house, Summer relata que não há muitos encaixes, pois possui habilidade e flexibilidade na função. Ela descreve que o processo de embalagem é feito, em sua maior parte, manual, a não ser pelo mecanismo que auxilia na montagem das embalagens.

Geralmente, segundo Summer, no Pack, há um processo por metas, estabelecidas a princípio pela gerência e repassadas pelos fiscais no espaço. Assim como na manga, relatado por Palmer, a meta na embalagem, estabelecida no Packing tem como objetivo garantir que a demanda de exportação da empresa seja atendida, ou seja, a quantidade de embalagens será determinada conforme a quantidade de produtos que precisam sair da Fazenda naquele dia. Summer afirma que essa questão não a limita, devido ao fato de ter a

possibilidade de realizar sua própria dinâmica, visto que diferente de Rosa e Palmer, o posto exercido por ela exige a sua permanência pelas oito horas diárias, de segunda à sexta, e aos sábados durante as quatro horas trabalhadas.

A Fazenda em que Summer trabalha agora possui 500 funcionários, sendo 240 mulheres. Sua história com o trabalho rural é marcada por um período de três anos de contratos temporários e durante esse tempo pode exercer atividades no campo, na manga e uva. Em 2017, foi contratada como efetiva e uma vez nesse espaço, após dois anos, foi eleita a delegada e com essa responsabilidade, passou a vivenciar algumas experiências que a marcam até hoje.

Dentre elas, Summer destaca um momento vivido no início de sua gestão: na época ainda estava no campo, escalada com a turma que entraria no parreiral. Ao chegarem na área designada, uma chuva intensa caiu sob o local, tornando a execução do trabalho inacessível e inapropriado. Mesmo após o recesso das águas, a recomendação seria esperar a pausa adequada, até que fosse seguro para os trabalhadores, estar embaixo dos

parrerais., no entanto a ordem passada pela fiscal de área foi que os trabalhadores se dirigissem ao local para cumprir com a atividade do dia. Summer, em reprovação à ordem, orientou aos trabalhadores a permanecerem no PA, pois ainda que a chuva tivesse cessado, a área permanecia imprópria para qualquer um que se colocasse no espaço.

Isso se dá ao fato de ser um espaço com defensivos, venenos e outros agrotóxicos e o contato com a chuva faz com que esses elementos escorram sob a planta, podendo contaminar caso haja o contato. Conforme um estudo realizado em 2009, por estudantes dos cursos de Enfermagem, Medicina e Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), juntamente com representantes dos departamentos de Medicina Preventiva e Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA) , de Química Fundamental da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e de Saúde Coletiva do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães da FIOCRUZ, a respeito do uso de agrotóxicos na fruticultura irrigada do Vale do São Francisco, há vulnerabilidades institucionais que corroboram para prática tal, como a precariedade da

assistência técnica, que, nesse caso, é quando os próprios trabalhadores rurais buscam em lojas agrícolas a orientação sobre o uso do produto químico e ainda que trabalhem com a venda, são poucos os casos que é realizada uma orientação adequada. A ausência de ações e medidas de proteção, no ambiente laboral, e falta de fiscalização são outras vulnerabilidades denunciadas pela pesquisa que indica que nesses espaços há falta de política de fiscalização efetiva e falta de ações de proteção à saúde e ao trabalho, o que somente evidencia que o interesse por parte das fazendas agrícolas do Vale do São Francisco está concentrado apenas na produção, deixando o bem-estar do trabalhador em segundo plano.

Essas vulnerabilidades, em conjunto, intensificam a exposição dos trabalhadores em seu locus laboral, resultando no adoecimento de muitos que operam em contato direto com esse setor. Os impactos sob a categoria estão ligados diretamente a saúde e ao ambiente ocupado pelos trabalhadores, podendo ser identificados danos agudos e crônicos, provocados pelo efeito nocivo do agrotóxico. Entre os principais danos, a intoxicação, aguda e crônica, é a principal relatada pelo

grupo focal da pesquisa institucional. Conforme os resultados, o que determina o grau de severidade de uma intoxicação é o tempo de exposição por parte do trabalhador ao agente tóxico. Quando aguda, os sintomas manifestam-se em dores de cabeça, irritação na pele, tontura, espirros, coceira intensa, fraqueza, lacrimejamento, vômito, dificuldade respiratória, visão turva, confusão mental e náuseas, sintomas esses que ajudam, inclusive, num diagnóstico mais rápido. No entanto, uma exposição prologada aos agentes nocivos agrava essa realidade, dificultando o diagnóstico e provocando a necessidade de acompanhamento de profissionais especialista em áreas distintas, como dermatologistas e neurologistas.

Na ocasião da referida pesquisa, foi realizada entrevista com grupos de trabalhadores que prestavam seus serviços em fazendas de fruticultura irrigada na região do vale do São Francisco. Como resultado, foi indicado que 7% dos trabalhadores rurais havia sofrido pelo menos um caso de intoxicação por agrotóxicos durante a vida, com diagnóstico confirmado por um profissional de saúde. Esse quadro revela quão nociva pode ser a exposição, não só desse grupo, mas uma

categoria inteira. A realidade abre espaço para discutirmos sobre como a baixa escolaridade dos trabalhadores rurais e a escassa orientação institucional, evidenciada na amostragem, reforçam situações como essas. Não à toa, a posição de Summer a respeito exposto por ela foi em defesa do trabalhador, a fim de evitar qualquer que fosse o dano.

Ela relembra que naquele momento teve que “vestir a capa de delegada”. A expressão escolhida por ela diz respeito ao equilíbrio que exerce em seu dia a dia, entre ser trabalhadora e representante sindical dos demais. A posição firme de Summer rendeu a ela uma advertência verbal, pois, de acordo com a gerência da época, a delegada não poderia interferir na execução do trabalho, o que ela se opôs veementemente, tendo a convenção dos trabalhadores rurais como base.

A convenção citada por Summer diz respeito a Convenção sobre Segurança e Saúde na Agricultura (C184, 2001), que possui 29 artigos debatendo os eixos acima mostrando quais as normas sobre a segurança e saúde do trabalhador no campo. No artigo 7, parágrafo c, encontrei o trecho sobre qual ela se baseou para tomar

sua atitude, que fala que a autoridade competente – ela como delegada – deve adotar medidas imediatas para interromper a atividade de trabalho, caso seja identificado algum perigo eminente para segurança de todos que estejam no local. O artigo é claro que a evacuação do local é a resposta imediata (C184, 2001).

Há também o conjunto de princípios estabelecidas pela Norma Regulamentadora No 31 (NR-31), publicada pela portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2005, mas que deriva das Normas Regulamentadoras Rurais (NRR), sancionada pelo Governo Federal, em 1988. Em suma, as NR-31 estabelece diretrizes acerca da segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura, entendendo que esses eixos possuem especificidades que não são contempladas pela CLT.

Os principais aspectos presentes na NR-31 se pautam na prevenção, identificação e controle de qualquer risco que possa envolver o trabalho rural, bem como a exposição a agrotóxicos, acidentes envolvendo o maquinário e doenças ocupacionais. Ela também prevê o

monitoramento sobre as condições de trabalho, estabelecendo critérios para os alojamentos – as PAs – e outras necessidades que atendam os trabalhadores como água potável, banheiros, áreas de descanso/vivência e transporte para locomover os funcionários.

A NR-31 preconiza ainda treinamento e formação dos funcionários por parte dos empregadores; define regras para o transporte, armazenamento, uso e descarte de agrotóxicos, priorizando a segurança e saúde do trabalhador, bem como estabelece normas sobre os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), especificando que devem ser fornecidos aos trabalhadores e exige que eles sejam apropriados para cada atividade. Por fim, esse conjunto de normas também elabora recomendações para saúde ocupacional dos trabalhadores, prevendo a realização de exames médicos periódicos e monitorando a saúde dos trabalhadores que possuam uma exposição maior à riscos, como aplicadores de agrotóxicos (Portaria MTE n.º 342, 2024)

Com um tempo, a gerência da Fazenda passou por mudanças, ainda assim, Summer voltou a vivenciar

a mesma situação, mas, dessa vez, preferiu não entrar em detalhes sobre a ocorrência em questão. É possível que essa medida tenha sido tomada como forma de se proteger de possíveis represálias, no entanto, atitudes como a que a antiga gerência da Fazenda tomou são configuradas como assédio moral vertical descendente, quando um superior usa sua posição de poder contra seus subordinados (JUSBRASIL,2022).

Além do assédio sexual, já comentando anteriormente aqui, o ambiente de trabalho é um terreno fértil para casos de abuso de poder e assédio moral, que tem como premissa a humilhação e degradação de suas vítimas, através de comportamentos abusivos que perpetuam danos psicológicos. O Jusbrasil e Controladoria-Geral da União (2022) classifica o assédio moral no trabalho como vertical descendente e ascendente, horizontal e misto. Ao contrário de como se propaga o descendente, o vertical ascendente ocorre quando o subordinado reproduz comportamentos de abusos contra seu superior; assédio moral horizontal ocorre quando duas pessoas que ocupam cargos hierárquicos ou trabalham em setores semelhantes adotam comportamentos de degradação de um para o

outro. Por fim, o assédio moral misto ocorre quando a violência é cometida por diferentes níveis dentro da organização, sendo a vítima hostilizadas por todos no ambiente, desde os colegas do mesmo setor até o chefe.

Summer conta que, de maneira geral, seu relacionamento com trabalhadores, fiscais e gerência é tranquilo, mas sua posição exige dela uma postura pontual, algo que apesar da aparência meiga e serena, sua voz e sagacidade demonstra a personalidade firme e determinada. E quanto a isso ela é clara, quando alega que “Se quiser passar por cima do trabalhador [...] eu não vou deixar”. Junto dela também tem o Sindicato, a quem sempre procura para auxílio e orientação, em casos como esse que me relatou, pois acredita que também deve buscar saber sobre as formas de abordagem, quais são seus direitos e deveres em relação ao seu vínculo com a Fazenda.

Se no trabalho ela conta com a parceria de outra delegada e mais a disponibilidade do Sindicato, em casa, Summer é a chefe integral do lar. Mãe de três filhos, ela relata sobre como funciona a organização na sua residência. Os mais velhos, de 23 anos e 18 anos,

respectivamente, equilibram suas rotinas entre o estudo e o trabalho, isso faz com que, geralmente, estejam tão ausentes quanto Summer, na morada, fato que, para ela, é totalmente compressível, pois estão seguindo seus passos, na busca de seus sonhos e futuro. Ela confessa que ainda que a ajuda não seja muita, acredita que cada um tem feito o que pode, visto que dos quatro residentes em sua casa apenas seu caçula passa mais tempo no lar.

A discrição de seus filhos me pôs a relacioná-los com o que vi em Summer. Todos são muito determinados e de personalidade firme. O mais velho, estudante de música, tem sido sua força basilar em momentos como a separação do antigo marido. Nesse processo, ela relembra como ele se fez presente e a apoiou, fazendo-a enxergar como havia esquecido de se priorizar na relação. Ele também, com seu atual emprego de entregador, auxilia em contas menores da casa como internet, luz, água. Seu filho do meio, a quem pude conhecer nesse encontro, de 18 anos, é estudante de física, frequenta a mesma instituição que o mais velho. Atualmente, o rapaz trabalha de forma autônoma, com a venda de bombons trufados em espaços públicos da cidade. Em conversa como a física o fascina, percebo em

Summer a energia de orgulho que se estende ao filho. Da mãe, ele também puxou a habilidade comunicativa. Por fim, o caçula, de apenas 14 anos, recentemente lida com a transição para o ensino médio, ainda assim, apesar da pouca idade, mostra que para seu futuro já tem traçado alguns caminhos, como a nutrição e a habilidade artísticas em desenhos, como destaca seu irmão lá presente.

Summer agora se encontra num momento de libertação e empoderamento. Separada há quatro anos, ela conta como sua vida tem dado passos para sua transformação pessoal, prezando pela sua própria valorização, tanto em casa quanto no trabalho. Nesse último, enxerga isso, para além das amizades que fez ao longo do tempo, o respeito que é devotado a ela. Quando fala sobre como os trabalhadores a procuraram com frequência, ainda que o assunto não seja de sua instância, ela sorrir porque isso a faz perceber que eles a enxergam como uma líder, uma pessoa justa que leva a pauta dos trabalhadores adiante, acima até da segurança do seu cargo.

Em casa, não é diferente. Summer é uma mulher que tem lidado com muitas responsabilidades simultaneamente. Além da criação e sustento dos filhos, ela constantemente auxilia sua mãe, uma senhora que compartilha a casa com um de seus filhos. Ambos possuem limitações e por ser a filha mais próxima, geralmente, é ela quem dá todo o suporte, com auxílio de seus filhos.

Sem planos traçados para futuro, Summer, como mãe, mulher e chefe de seu lar e vida, deseja apenas ser mais feliz, pois reconhece que já possui suas alegrias. Ao olhar vagamente para sua casa, menciona também o desejo de proporcionar maior conforto para si mesma e aos seus filhos.





**EM-VINDOS À TERRA DA MANGA”**

A palavra “casa”, que deriva do latim “casa,ae”, com o sentido de cabana, pode ser definida como abrigo, uma estrutura física que comporta um indivíduo ou uma unidade familiar, que objetiva fornecer segurança e privacidade. Geralmente, “casa” refere-se aos tijolos, areia e cimento, utilizados em sua construção. Também nos lembra os quartos, sala, cozinha e banheiro, que atendem as necessidades de seus proprietários.

“Lar”, por sua vez, deriva do também latim “lares”, com sentido de “Deus que protege a casa”, comumente associada a um sentimento, que vai além das noções físicas. “Lar” são as lembranças felizes dos tempos primaveris, das tardes de terça-feira, que após ralar o joelho, você dorme na cadeira ao lado da sua avó. “Lar” é saber que mesmo distante aquele lugar fez parte da sua construção, sendo o seu cimento, areia e tijolos. “Lar” é saber que, de todos os lugares existentes no mundo, aquele faz seu coração pulsar. Eu tenho alguns lares e o Perímetro Irrigado de Maniçoba – chamaremos em alguns momentos apenas de Maniçoba – é um deles.

Ao chegarmos em Maniçoba, após 34 quilômetros da sede de Juazeiro, pela rodovia estadual 210, entramos num paralelo de verde exponencial, que

se entrelaça com a vida nada pacata da urbanização que se concentra no projeto. A Vila Santa Inês, apesar de não ser mais a anfitriã, por conta do surgimento de outras comunidades nesse perímetro, é uma das pioneiras e mais expressivas em relação à quantidade de habitantes, tendo 5567 pessoas na localidade. A passagem por ela é crucial e feita em linha reta, caso seu desejo seja seguir para outros povoados do Distrito. Ainda assim, há paradas obrigatórias como o Mercadinho Vieira, para as compras pontuais do seu destino; a Farmácia União, se o caminho lhe deixou enjoado e a Lanchonete Clay, um pedido para as noites mais quentes de encontros familiares ou românticos. A Vila também não decepciona quando o assunto são bares/botecos. Não é exagero, quando digo que há um bar a cada três residências, ao longo da Avenida Mata Burro.

Seguindo em linha reta, as fileiras de casas e pontos comerciais dão espaço às paisagens naturais das propriedades de manga e coco, que por ali se estabeleceram. A caminho do Núcleo Habitacional 2 (NH2), a segunda vila projetada, pioneiramente no perímetro irrigado, passamos por lotes às margens na pista. Também encontramos um enorme sistema de

tubulação, popularmente conhecido como “os tubos”, responsável pela condução hídrica nas extensões do projeto. Esse caminho ainda é marcado pelas numerosas e altamente perigosas curvas fechadas – não consigo expressar em números, mas é de conhecimento popular a alta taxa de acidentes ocorridos nesses pontos. Observa-se nesse trajeto, a extensão de canais, por onde também são abastecidas as propriedades rurais. É comum, inclusive, passar por lá e encontrar o nível do canal muito baixo, durante a semana, o que indica que a comporta está fechada.

Mais mangas e cocos invadem os olhares. Entramos, após uma última curva para esquerda, no NH2, chamados por uns somente de “Dois” e por outros de “Vila Rachada”. O singelo vilarejo foi constituído com três ruas: Rua das Castanholas, Rua do Meio e Terceira Rua. Por lá, não há pavimentação e a recepção, geralmente, se dá pelo grande contingente de cachorros efervescidos por qualquer movimentação estranha (para eles). Apesar da impressão pacata que sugere a limitação de ruas, no local, uma boa companhia de seus familiares ou a reunião entre seus amigos na roda do prefeito (um monumento circular feito de cimento e tijolos,

inaugurado durante a gestão do prefeito Misael Aguilár, que carinhosamente recebeu esse nome por parte dos moradores) contemplam a lista de lazer e tempo de qualidade, ainda mais se anterior a essas reuniões foi feita uma passagem pelo Mercadinho de Lurdinha.

Os lotes agropecuários também possuem seus encantos. Muitos agricultores ali na região combinam suas empreitadas na fruticultura, com a criação de animais de pequeno e grande portes, como bodes, cabras e vacas; plantação de pastagem e agricultura de subsistência familiar. Nesse espaço, há a harmônica combinação do cheiro forte da relva, que se sente ao caminhar pelas estradas de chão estreitas, delimitadas pelo dreno – um canal que atravessa a frente dos lotes – com a vegetação local, que, em alguns lotes, impossibilita a visão interna e externa da prosperidade.

Ao cair da tarde é que mágica acontece. A agitação do dia abre espaço para sinfonia de pássaros, que se recolhem, em bando. Essas aves compartilham o céu com outro espetáculo da natureza: o exuberante pôr do sol, que, com seus diversos tons de laranja, preenchem a tela do horizonte, marcando o fim de mais um dia de trabalho, fazendo jus à declaração da canção

"Aquele Hora no Vale" (2024), do grupo P1 Rappers , que melodicamente revela: "Tem pôr do sol em todo canto/mas nosso canto tem o pôr do sol mais lindo", o que expressa a singularidade da beleza do nosso canto, mediante a memória afetiva construída por aquele local.

O Perímetro Irrigado de Maniçoba, distrito da zona rural do município de Juazeiro-BA, foi implantado em 1980, como parte do projeto da Companhia Desenvolvimento dos Vales do Parnaíba e São Francisco - Codevasf. No início de sua operação, esse perímetro possuía uma área de 4.293 hectares, distribuídos em 234 lotes de pequenos irrigantes – produtores de pequeno porte – equivalente a 1.889 hectares; e 80 lotes empresariais, que juntos somavam 2.379 hectares (Codevasf, 2018)

Os principais segmentos econômicos desse perímetro irrigado, atualmente, são o cultivo de manga e uva, tanto por parte das empresas, quanto por parte dos produtores que ali vivem. Também é produzido, em menor escala, as culturas do melão, coco e cebola. De acordo com Mendonça (2006), Maniçoba passou por transformações significativas com a implementação da agricultura irrigada pela Codevasf. Antes da intervenção

estatal, a área era habitada por pequenos agricultores que praticavam, principalmente, agricultura de sequeiro e criação de gado. A desapropriação compulsória de suas terras para a implantação do projeto levou a mudanças abruptas no ciclo de vida desses agricultores, forçando-os a se adaptarem a um novo espaço geográfico e sistema produtivo.

Mendonça (2006) também destaca que o perímetro, primeiramente, visava a produção de culturas de ciclo curto para atender às demandas locais e regionais, mas, gradualmente, passou a focar na produção de culturas especializadas para exportação. Essa mudança foi impulsionada por incentivos estatais, como crédito, assistência técnica e a promoção de tecnologias modernas.

Maniçoba é considerado pela sua administração – Codevasf, através do Distrito Irrigado de Maniçoba (DIM) – como a terra da manga, sendo a cultura mais expressiva no projeto, com 74% da área de plantação. Parte disso se dá em decorrência da sua localização, às margens do Rio São Francisco, que proporciona a irrigação de 9.220,25 hectares.

Além dos lotes, destinados para produção agrícola, os pequenos produtores foram alocados nas vilas residenciais, com casas planejadas também pela ordem estatal, a partir da Lei da Irrigação (1979) – ainda vigente na época – que definiu o conceito de "lote familiar", aplicado aos pequenos produtores do Projeto Maniçoba, como um imóvel rural de área definida explorado diretamente pelo agricultor e sua família. A lei também estabeleceu à época diretrizes para a diluição dos investimentos em infraestrutura de irrigação pelos irrigantes (como também são denominados os produtores), por meio de tarifas – identificado como K1 – mensalmente pago pelos produtores.

Mendonça (2006) reflete que a implementação do projeto Maniçoba, no que toca o processo de seleção de produtores para ocupar os lotes irrigados, gerou controvérsias. A distribuição de terras entre pequenos produtores e empresas não seguiu a proporção de 80% para 20% prevista na lei de irrigação, com uma parcela significativa das terras irrigáveis sendo arrendada para empresas. Essa disparidade na distribuição de terrenos levanta questões sobre a efetividade da lei em garantir o

acesso à terra para os pequenos produtores e promover o desenvolvimento social na região.

Em sua totalidade, a constituição do projeto se deu por ideias paternalistas da Codevasf, que ainda opera sob essa lógica, gerando dependência do Estado, que para essa autora, seria um dos principais obstáculos para a emancipação dos pequenos produtores do Projeto Maniçoba. A forma de atuação da Codevasf, considerada paternalista, e as interferências políticas criaram um ambiente de dependência tanto por parte dos produtores quanto de suas organizações.

Devo confessar que a história detalhada da constituição do Distrito só veio ao meu conhecimento agora. Para mim, a história de Maniçoba inicia em 1990, com a vinda dos meus avós do sertão de Pernambuco, fugindo da seca que assolava a região na época. Ao chegarem em um outro projeto de irrigação já constituído, foram informados por familiares sobre a existência do Perímetro Irrigado de Maniçoba, e, após o contato com alguns amigos que já residiam lá, efetuaram a compra do lote 139 e da casa no NH2, rua das Castanholas, e juntos foram em busca de um espaço que

oferecesse estabilidade e recursos para criação dos seus sete filhos.

Há ainda muito do perímetro irrigado a ser explorado, como é o caso da tradicional Festa dos Colonos. Para compreender melhor esse festejo, recorri aos estudos de Santos (2021), que, por sua origem maniçobense, trouxe à academia uma análise sobre questões de identidade envolvendo esse território. Sua pesquisa examina as transformações vividas pelo evento e seus costumes, incluindo os desfiles escolares, e como esses elementos evoluíram ao longo do tempo.

Santos (2019) afirma que, diferente de seu surgimento no sul do país, a tradicional Festa dos Colonos, de Maniçoba, surge como manobra de entretenimento estatal. O festejo foi executado a partir do modelo realizado desde 1960, no projeto Bebedouro – pioneiro entre os perímetros irrigados do Vale do São Francisco – que fica localizado em nosso município vizinho, 210-PE. Nesse ponto, ele discute, a partir de Barros (2007), que os festejos dos colonos na região, em sua totalidade, fazem parte de um pacote tecnológico promovido pela implantação dos próprios perímetros e

que a festa em si teria sido um artifício estatal para afastar o pequeno produtor de discussões políticas.

Apesar de levantar discussões sobre como a Festa do Colono seria um apagamento da cultura local, com valorização, por exemplo, de frutas que não são propriamente ditas da região, Santos (2019) reconhece que o evento gera identificação com o produtor, que mesmo que não saiba o que significa “ser colono”, sente orgulho de pertencer a algo.

Sobre a organização do evento em si, ele descreve algumas transformações. Das primeiras edições, realizadas em 1981, às mais atuais, espremido em seu recorte, em 2019, houve algumas manifestações que foram suprimidas do festejo, outras sofreram alterações, mas seguiram sendo realizadas. Entre as que não são mais realizadas, estão a Jecana<sup>3</sup> e o desfile das Rainhas dos Colonos<sup>4</sup>. Entre as tradições que

---

<sup>3</sup> Conforme a pesquisa de Santos (2021), a Jecana foi uma corrida feita a tração animal, em jumentos, onde os colonos disputavam entre si quem chega na frente. As premiações eram feitas em medalhas. A Jecana foi realizada de 1982 a 1987.

<sup>4</sup> O desfile das Rainhas dos Colonos era concurso realizadas entre as jovens do distrito. Um rito que tinha por objetivo eleger a jovens que representariam a beleza da comunidade,

atravessaram o tempo, ainda que com mudanças, Santos (2021) destaca os desfiles escolares, uma programação mais interna e estrita a comunidade, mas que, ainda em 2024, conforme relato dos populares, ocorrem anualmente no Colégio 2 de Julho.

Essas informações, disponíveis nos estudos de Santos (2019), me pôs a pensar no fato de não conhecer muito sobre as raízes do “meu lar” e vale refletir que muitos maniçobenses possivelmente não conheçam esses detalhes de sua história. No imaginário popular, a Festa dos Colonos é o momento sublime de agradecer pelas boas colheitas, reunir com amigos e familiares, muitos não vistos há um bom tempo, para o desfrute do churrasco, realizado às 12 horas do segundo domingo do mês de julho. Claro que, conforme observa Santos (2021), com um tempo, pela necessidade de custos, o evento foi incorporando muitas empresas privadas, o que só reforça um apelo comercial por parte das indústrias que ali opera. O festejo surgiu como comemoração ao Dia do Agricultor – 20 de julho – e era realizado nas duas

---

durante a festa e no ano inteiro. O concurso teve sua primeira edição em 1995 e durou apenas três anos.

agrovilas pioneiras do perímetro irrigada simultaneamente. Após a pandemia de Covid-19, a festa passou a ser realizada em dois meses diferentes, sendo julho – na Vila Santa Inês – e setembro – no NH2.

Essa festa, que ocorre anualmente, tem como objetivo homenagear os colonos, produtores da agricultura familiar local, pelo trabalho de colheita do ano. Estando na sua 42ª edição, costumava ocorrer no mês de julho, nas duas agrovilas principais do projeto de irrigação do distrito, Santa Inês e NH2 (vila que cresci), mas, nos últimos tempos, tem ocorrido duas vezes ao ano, em julho e setembro, uma em cada agrovila.

Atualmente o festejo funciona da seguinte maneira: na sexta, é celebrada uma missa na igreja católica do povoado que visa agradecer, religiosamente, pelas boas colheitas, também são realizadas orações de intenção aos colonos que partiram; no domingo, pela madrugada, é realizada a alvorada, um momento que tenho na memória como o mais divertido do festejo. Dezenas e mais dezenas de carros saem da vila Santa Inês, em ritmo compassado e fila indiana, percorrendo seis quilômetros até o NH2, ao som da música “Colono”, composição do músico gaúcho Teixerinha. Ao chegar na

vila de destino, o carro de som, que lidera os demais, percorre as três ruas que existem, chamando colono por colono, em símbolo de despertar para o dia que se inicia. Finalmente, ao meio-dia, ocorre o churrasco, que, como já se compreende, é o momento de todas as famílias locais se reunirem num amplo espaço coberto por uma latada <sup>5</sup>para desfrutarem do melhor que a culinária pode oferecer, acompanhada de carne bovina assada em tempo real.

Como dito anteriormente, o perímetro irrigado fora construído com duas agrovilas, além dos lotes familiares destinados a produção agrícola. Com a expansão demográfica, houve a necessidade de extensão territorial, o que cooperou para insurgência de inúmeros povoados ao redor dos que já existiam.

Hoje, refletindo sobre a história de Manicoba, percebi que, possivelmente, com o aumento populacional e a possível falta de um plano de expansão das agrovilas por parte da administração, certas questões sociais passam a ser acentuadas, como desigualdades sociais e problemas estruturais. Em minhas experiências

---

<sup>5</sup> Cobertura feita de madeira e palha seca de Côco.

como estagiária de Jornalismo, em uma empresa de comunicação aqui da região, presenciei inúmeras denúncias de moradores do Distrito de Maniçoba acerca da falta de água, suspensão do transporte escolar, mal funcionamento ou suspensão dos atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS's), por exemplo, que refletem os problemas experienciados por esses moradores.

O Perímetro Irrigado de Maniçoba exemplifica também os desafios da agricultura irrigada no Semiárido brasileiro, com uma relação complexa entre o Estado, a Codevasf e os pequenos produtores, o que, conforme Mendonça (2006), gera uma relação de dependência por parte dos colonos. Ainda assim, quando questionados por essa autora, sobre a possibilidade de emancipação, os produtores tinham diferentes entendimentos sobre esse conceito, sendo que 30,57% não sabiam o que significava. Alguns a associavam à transferência de responsabilidade (26,39%) ou à administração pelos produtores (23,62%), que, em sua maioria (98,61%), acreditava que a emancipação tornaria o perímetro mais vulnerável, evidenciando o medo da perda da assistência estatal. Ela identificou ainda uma resistência à

emancipação, com 92,36% dos produtores declarando não querer que o perímetro fosse emancipado.

Apesar de desafios e impasses enfrentados ao longo do tempo, Maniçoba mantém uma essência única de fraternidade, que se traduz em um acolhimento afetuoso e em laços de solidariedade entre seus moradores. O campo, muito mais do que um simples espaço de trabalho e produção, se revela como um verdadeiro “Lar”, onde cada gesto e atitude são permeados por um profundo espírito de comunidade. Nesse contexto, a terra, que ao longo dos anos proporcionou o sustento de tantas famílias, se transforma também em um ponto de encontro, ilustrado pela antiga casa de telefone, e de apoio mútuo, criando uma rede de relações que transcende as necessidades materiais e fortalece os vínculos emocionais.

Além do mais, ainda há residentes da primeira geração de maniçobenses, um testemunho vivo da resistência e da permanência do povo nesta localidade, o que reforça ainda mais a riqueza histórica e cultural do lugar. Essa continuidade, marcada pela convivência intergeracional, não só preserva as tradições e os

costumes que moldaram a identidade local, mas também transmite uma sensação de pertencimento que se renova e se reafirma com o passar dos anos. Em Maniçoba, o passado e o presente se entrelaçam, formando uma base sólida para um futuro sustentado pela memória coletiva e pelo compromisso com o bem-estar de todos.





ROSA

Há uma certa licença poética em se fazer um caminho, já feito inúmeras vezes, mas que agora encontra propósito diferente? Saber que nesse momento, o lugar que costumava ser apenas sua casa, carregado de memórias de uma infância vivida com leveza, travessuras de fim de tarde e longas conversas na área de sua avó ganha novo significado? O mesmo local onde pude ter a primeira experiência de trabalho e com isso a primeira noção do que seria receber remuneração por serviço prestado, agora se tornava um capítulo decisivo para encerramento de mais uma etapa na minha vida, a construção deste trabalho, que encerra minha passagem, por hora, na Universidade do Estado da Bahia, Campus III, localizada no município de Juazeiro.

O caminho agora possui tons mais pesado e também mais sério, apesar de estar sendo traçado nas primeiras horas da manhã de um típico domingo, cujo céu tende a ser o mais azul possível e o ar que entra pelas janelas do carro um pouco mais quente do que costuma ser pelas manhãs. Durante o trajeto, tomado pela rodovia estadual 210, até que chegemos em Maniçoba, passamos pelos projetos irrigados Mandacaru 1 e 2, pelo posto da Polícia Rodoviária Estadual, que é cercado de

algumas casas residenciais do povoado Areias, e por um pedaço do povoado Boqueirão. O cochilo, que costumava durar uma viagem de trinta minutos, dá espaço a um olhar mais atento, que se propõe a perceber o máximo de detalhes possíveis.

Puxando na memória as idas anteriores a Maniçoba, esta viagem tem um sabor especial, outra responsabilidade, uma nova percepção. É diferente pensar no lugar, que outrora foi seu lar, em um ambiente capaz de conter tantas histórias e discussões que vão além do próximo local que sediará a festa dos Colonos do ano corrente.

Voltando ao trajeto, às margens da estrada, para além das fileiras quase infinitas de algarobas, que meus olhos estavam acostumados a vislumbrar nas idas anteriores, observo uma vegetação composta por áreas inteiras de mangas, cana-de-açúcar, coqueirais robustos e outras espécies frutíferas. Durante os primeiros 25 quilômetros percorridos – distância percorrida minha casa até a entrada do distrito –, é comum encontrar as primeiras áreas de plantações em empresas, como Agrovale, Special Fruit, Maria Aiko e Ebraz. Essas fazendas, que há anos constroem o histórico de terra da

fruticultura irrigada, impunham esse título ao município de Juazeiro.

Já nesse momento, tento puxar do condutor do veículo, conhecido popularmente como “meu Pai”, algumas informações como duração total do trajeto ou a história acerca de uma estrutura completamente abandonada, onde antigamente funcionava a sede da Mariad. Uma pesquisa rápida no Google leva há algumas matérias vinculadas em 2007, quando os holofotes midiáticos se voltaram para aquele local. O caso que ganhou repercussão nacional está impregnado de questionamentos, assinalado pela alcunha de pertencer a grupos ligados ao tráfico internacional de drogas. Na época, a empresa de importação e exportação de frutas possuía duas áreas de produção de manga, melão e uva - uma em Juazeiro–BA e outra em Petrolina–PE. A área que atravessa nosso destino central é popularmente conhecida por Mariad 2. Há também relatos de que a empresa costumava ser administrada à distância e que seus gerentes utilizavam a logística de entrada e saída das frutas como artifício para camuflar o comércio de cocaína e maconha.

Apesar dessas informações estarem publicamente disponíveis, há um clique de distância, fiquei atenta a tudo que meu pai disse sobre a Mariad 2. Só agora, passando pela estrutura de ferro, que mesmo abandonada não perdeu sua imponência, ele me conta que parentes nossos já haviam trabalhado no chão daquela fazenda.

A entrada para o distrito de Maniçoba, destino geográfico-cultural dessa história, começa no famoso posto de gasolina Justino Mota, localizado à esquerda da mesma rodovia. Até a primeira parada, percorremos pelo menos uns 15 minutos – 11 quilômetros da entrada do posto até o povoado NH2 – de uma longa estrada reta, seguida de curvas altamente sinuosas, popularmente conhecidas por “curvas da morte” - as cruzes nas margens delas indicam o termo. A primeira parada foi necessária para buscar mais uma agregada nesta jornada, uma prima que facilitaria na localização da casa de Rosa. Embora tenha sido criada neste distrito, as relações de conhecimento e pertencimento foram enfraquecidas com o distanciamento físico e emocional do lugar. Sem contar que eu nunca havia ido, uma vez sequer, ao povoado residido por ela, daí o pedido de socorro às

pessoas que permaneceram ali. Apesar disso, não há nada comparada a sensação de estar em casa (a essa altura não tenho dúvidas que já me meti na história).

Maniçoba é um distrito que, atualmente, possui 35 povoados, e têm como principal segmento econômico a fruticultura irrigada. Não à toa, esse perímetro irrigado foi responsável, em 2022, por 45% da produção de frutas do município, que deu título à Juazeiro de “município com maior produção de frutas no estado da Bahia”, gerando mais de “R\$ 875 milhões”, sendo R\$ 320 milhões o valor de produção de Maniçoba. Esses e outros dados pomposos sobre como a agroindústria é lucrativa e geradora de inúmeros empregos ficam disponíveis no site oficial do Distrito, uma longform com pelo menos seis abas sobre como a localização geográfica de Maniçoba impulsiona o mercado de frutas na região. É nesse espaço de 4.826 hectares irrigáveis que Rosa vive com sua família.

A chegada à residência de Rosa se deu também com auxílio de uma outra moradora, que, por coincidência, congrega na mesma igreja frequentada por ela. A mulher fez prontamente o caminho até a casa, de bloco laranja, com um grande quintal e algumas crianças

na frente. Para esse encontro, contava ainda com auxílio de meu pai - citado aqui como condutor - e uma prima, que uma vez lá, informou que já a conhecia de uma breve experiência compartilhada enquanto trabalharam em uma mesma fazenda na região. Nesse momento, a sensação de apreensão transmitida por Rosa, gerada pelo primeiro encontro, deu lugar a um espaço de troca.

Além dela, estavam presentes seu esposo, alguns de seus filhos e netos, incluindo os gêmeos recém-nascidos que, com a sua chegada, alterou o desenho da casa. Para tornar o ambiente mais acolhedor para sua filha mais velha e os gêmeos, Rosa teve que desocupar o quarto principal da casa, restando apenas quatro cômodos. A estrutura da casa de Rosa é composta por três quartos, dispostos no lado direito do imóvel, um deles visível desde a porta de entrada. Algumas curtas passadas da sala, encontramos sua cozinha. A parte interna da residência de Rosa possui um sofá, televisão e um móvel que aconchega seus eletrônicos e alguns livros na sala. Na cozinha, uma mesa centralizada, que divide espaço com o armário, fogão e uma pia, ilustra que ali são preparadas e consumidas as refeições da família. Já na área externa, há um grande espaço, o muro,

onde estão plantadas algumas flores ornamentais, que deixam a cerca de sisal e arame num tom colorido vibrante, característica também presenciada no contato com a família, todos muito solícitos.

Após um breve momento na sala, acompanhada do seu esposo, Rosa surge de um dos quartos com um sorriso gentil e tímido, dando início a “dança” conduzida por ela mesma. Pedi a ela que sinalizasse um ambiente onde ficássemos apenas nós duas, pois não íamos querer que a presença dos demais ali influenciassem a “coreografia”. Percorremos um curto caminho e chegamos na sua cozinha. Sentamos lado a lado e, após sua permissão de gravar nossa conversa, demos o primeiro passo no que pode se considerar o ponto de partida para a compreensão sobre o “espetáculo” vivenciado por centenas de mulheres trabalhadoras rurais.

Aos 51 anos, Rosa é mãe de seis filhos,” três mulheres e três homens”. Avó de seis netos, incluindo os recém-chegados. Ciente de que possui uma grande família, a matriarca exhibe um semblante de orgulho com o fato de todos morarem próximos a ela, fazendo-a muito feliz. Natural da Paraíba, chegou à Bahia em sua

adolescência e aos 13 anos enfrentava o desafio de querer estudar e não possuir meios:

- Eu tinha muito desejo de estudar, porque meu sonho era de ser enfermeira, mas infelizmente não deu. Mas era dificuldade demais de escola. Mas eu consegui estudar, ler. Sei ler e se escrever pra minhas necessidades, ressalta ela.

Entre as dificuldades apontadas por Rosa, a falta de transporte, que a levasse até unidade escolar mais próxima do vilarejo, em que ela mora, foi o principal fator dificultador no acesso à educação. No entanto, com auxílio de uma senhorinha, outra moradora local, a adolescente Rosa pode aprender a ler corretamente com as “aulas de banca”, mesmo sentindo falta das avaliações escolares aplicadas regularmente nas escolas, como provas, trabalhos em equipe etc. Anos mais tarde, a escola mais próxima ao vilarejo residido por Rosa foi responsável por boa parte da minha alfabetização, além de ofertar educação de jovens e adultos direcionada aos meus pais.

A privação da educação às mulheres rurais é algo que atravessa todos os momentos da história da

humanidade. Entendendo que educação gera conhecimento, poder de escolha, liberdade e pertencimento, não é difícil compreender o privilégio que é o acesso à educação. Historicamente, dar esse poder às mulheres implicaria instrumentalizá-las contra a dominação e a submissão. Perrot (2006) aponta que os escritos religiosos do judaísmo, cristianismo e islâmico que sempre foram delegados aos homens, únicos considerados dignos de acessar tal conhecimento. Se para o homem há todo o conhecimento literário e a honra de segurar um livro e uma pena, para a mulher, a educação foi forjada no cunho doméstico, tendo ela a casa e sua família para devotar sua energia vital. Se às mulheres urbanizadas, ainda que escasso, há a incitação a aprendizagem literária – é válido ressaltar que a trajetória das mulheres de todo o planeta, na busca por direito à educação é marcada pelo discurso biológico patriarcal que sempre insistiu em delegar funções de submissão às mesmas – às mulheres do campo, esse estímulo é quase inexistente.

Quando observamos o grau de escolaridade em Juazeiro nos deparamos com uma taxa de 9,7% de analfabetismo em todo o município, no ano de 2022

(IBGE, Censo 2022), ou seja, 17.527 pessoas acima de 15 anos que não eram alfabetizadas. Quando partimos para um recorte de gênero, descobrimos que a taxa de analfabetismo entre os homens era de 10,9%, e entre as mulheres, era de 8,6%. Questionei ao IBGE, sobre recorte de raça e zonas rural e urbana, mas a resposta que obtive é que até aquele presente momento não havia esse detalhamento na pesquisa. Ainda assim, esses dados apontam que as mulheres, ainda que timidamente, são mais escolarizadas que os homens.

Esse cenário possui uma dissimetria ainda maior quando colocamos em discussão o acesso à educação das mulheres urbanas versus às mulheres da zona rural. Para além do doméstico, as mulheres rurais são estimuladas aos afazeres agrícolas, sendo auxiliares de seus maridos na lida, não obtendo reconhecimento mínimo de seus papéis (PERROT, 2007). Como estudar, quando é preciso trabalhar para sobreviver?

O contato de Rosa com o trabalho rural se deu, quando ela tinha apenas 7 anos. Ainda criança, na Paraíba, já “ajudava” seus pais na lida. Aos 13 anos, quando chegou aqui, não foi diferente. Na informalidade, Rosa continuou prestando serviços nos

mesmos locais que trabalhavam seu pai e seus irmãos. Aos 25 anos, teve sua carteira assinada pela primeira vez, como contratista, em 1998. O ano marca a inserção de Rosa na formalidade e também, no Hospital Municipal de Diadema – SP, data o nascimento dessa que vos escreve.

Em sua trajetória, ela coleciona uma singela experiência no campo da uva, e uma noção mais ampla na lida com a manga, mas, foi na assistência da Fazenda, como auxiliar de limpeza, que ela pôde encontrar o espaço e a estabilidade na rotina trabalhista, função que desempenha há 10 anos no mesmo local. O setor de assistência numa fazenda agrícola, geralmente, é composto pelos subsetores de assistência técnica e agrônômica, que são responsáveis pela orientação e acompanhamento das plantações – planejamento de safra, escolha de defensivos e insumos e orientação de rotatividade do solo; gestão dos recursos hídricos, a quem cabe o planejamento de sistema de irrigação, elaboração de reservatórios e uso eficiente da água; e assistência ambiental, que visa o controle do descarte correto de resíduos sólidos e monitoramento da saúde do

solo, a fim de evitar erosões provocadas pelas ações incorretas no plantio.

Há também a mecânica e manutenção, responsável pelos maquinários e implementos agrícolas, que pode ir da criação do zero de um equipamento a um reparo corriqueiro. Ainda há os subsetores de saúde e segurança do trabalho, encarregados pela assistência direta aos funcionários, como suporte hospitalar em casos que consigam ser solucionados na Fazenda, orientação e distribuição dos Equipamento de Proteção Individual (EPIs), que visam a segurança na execução do trabalho. Por fim, vem os setores de Assistência Administrativa e Logística e Controle de Qualidade e Produção. O primeiro gerencia o estoque dos insumos e defensivos e planeja o transporte desse material para os armazéns e/ou estoques; o segundo é encarregado, como já se subentende, por manter o padrão de qualidade das produções elevado.

Esse conjunto de setores, com suas respectivas atividades e funções, estabelecidas pela lei nº 8.171, sancionada em 17 de janeiro de 1991, pelo governo federal, visam, de forma ampla, contribuir para o bom funcionamento organizacional e operacional da Fazenda

como um todo. Realmente, um trabalho de formiguinhas. É nessa catraca que encontramos Rosa, desempenhando sua parte, que a olho nu pode parecer pequenos atos, mas que somado ao todo, gera impacto no bem-estar estrutural de todos.

Faz parte do cotidiano de Rosa manter a limpeza dos oito banheiros da empresa em que trabalha e organizar e limpar os três pontos de apoio utilizados pelos demais trabalhadores da Fazenda. Para muitos, essa função poderia ser vista como repetitiva e exaustiva, mas, para nossa Rosa, se apresenta como uma oportunidade de flexibilidade de horário e estabilidade de rotina. Ela explica que, em suas experiências anteriores, vividas no campo, os contratos de trabalho costumavam durar apenas três meses. Foram dez longos anos de contratos trimestrais, sem ser efetivada, isso sem contabilizar os 20 anos de trabalho informal, sem ter sua carteira assinada.

Como já mencionei, essa realidade mudou em 1998. O local onde Rosa prestava serviço era o mesmo que morava com sua família, sendo o proprietário “O Japonês”. Segundo essa auxiliar, a gerência não se importava com a contratação informal de trabalhadores.

A legislação trabalhista brasileira da época tão pouco possuía uma regulamentação específica para contratos informais, ficando descobertos pela proteção de direitos, garantidos pelo regime CLT.

Nesse período, citado por Rosa, o Brasil tentava se reerguer dos efeitos da “década perdida” – momento de crise econômica insuflada pelas dívidas externas, que refletiu nos países da América Latina, na década de 1980 – A taxa de informalidade – também conhecida por desemprego aberto – geral do Brasil na época, conforme o levantamento do IPEA (2002), era de 40% da força total de trabalho no país, o que indica uma tímida redução se comparada a década anterior que chegou a atingir a marca de 60%. Mesmo dando sinais de respiro, esse cenário foi propício para insurgência de empregos altamente precarizados.

Em seu relato, Rosa conta que junto a sua família, veio – da Paraíba para Bahia – para trabalhar. O emprego que lhes foram oferecidos só tinha hora para começar. Seu pai, com pouca instrução, passava o dia inteiro na lavoura, sendo o rendimento insuficiente para o sustento da casa, assim acabava levando-a,

acompanhada de seus irmãos, com “idade para trabalhar”, para o meio de campo.

– Na casa do meu pai, éramos... era quatro filhos que trabalhavam. Então, desses quatro, seriam só dois salários. Porque nós (as filhas) só tínhamos o direito de receber meio salário.

Então o que mudou para ela? Em 1998, com a ascensão da fruticultura irrigada, – segmento que já fazia da região um polo do agronegócio – foi potencializada a chegada de novos investidores na região do Vale do São Francisco. A área habitada pela família de Rosa e outras famílias, que como a dela, também trabalhavam na informalidade, foi vendida para um grupo, que fez da localidade a Fazenda na qual Rosa é efetivada até hoje.

Lembro que ao receber essa informação, pensei sobre como a vida pode costurar véis curiosos, pontos cruciais, para cada pessoa. Ela, que com apenas 13 anos, junto a tantas outras crianças, adolescentes e mulheres, contribuiu no plantio e construção das áreas de manga naquela localidade, teria ali, 16 anos depois, um contrato efetivo. Rosa esteve na Fazenda muito antes de seu surgimento. Ela acredita que a nova gestão do local e as

mudanças na legislação trabalhista foram fundamentais para assinatura da sua carteira e de tantos outros trabalhadores na época. Ao todo, são 44 anos de trabalho exercido por Rosa.

Ainda assim, até o momento de ser efetivada, houve um longo período sendo contratista. Como disse, “nem todo ano trabalhava” e quando era contratada, seriam ali 3 meses trabalhados. Além do trabalho mais pesado, com exposição diária ao sol e o uso constante da força física, a instabilidade das trabalhadoras rurais como contratistas/safristas<sup>6</sup> aumenta o desgaste emocional, físico e financeiro dessas mulheres. Após a última reforma trabalhista, aprovada em 2017 pelo governo federal, conforme o Conjunto de Leis Trabalhista (CLT), para os contratos de carteira assinada, fica estabelecido, por exemplo, que os trabalhadores que apresentem contribuições menores de seis meses não possuem o direito de seguro-desemprego.

---

<sup>6</sup> Profissional ou empresa que se dedica à execução de atividades agrícolas durante uma safra. Geralmente, ele é contratado para realizar serviços específicos, como plantio, colheita, e manutenção de culturas, e pode atuar em várias etapas do processo agrícola. Em outras palavras, um safrista/contratista é um trabalhador temporário.

O mesmo conjunto normativo orienta que sendo a primeira vez do trabalhador em recorrer ao recurso, o tempo mínimo de contribuição é de 12 meses. Essa informação é essencial para entendermos por que, não à toa, no trabalho rural, o modelo contratista/safrista é altamente rotativo.

Tal rotatividade é ainda mais acentuada quando a discussão é voltada para a inserção de mulheres nesse campo. Foram muitas as buscas e leituras que dessem amplitude ao que é essa rotatividade e, por que ela está tão associada às mulheres, e mais, qual são os impactos gerados em cima delas. Perrot (2006) vai falar que a rotatividade é fruto da precarização do trabalho assalariado que dá seus primeiros sinais na transição das esferas trabalhistas, marcada na primeira revolução industrial, uma “sequela” das guerras do século XVIII que impulsionou a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Grosso modo, a rotatividade corrobora para a instabilidade econômica dessas mulheres, com contratos enxutos, como os de três meses citados por Rosa, e a necessidade de mudança frequentes de empregos.

Outro fator que explica a rotatividade é a sazonalidade nos trabalhos, na zona rural, voltado para

as produções agrícolas. Sobre isso, Rosa observa que durante a safra, ocorrida geralmente de abril a junho e de setembro a novembro, no caso da manga; de janeiro a março e julho a setembro, no cultivo de uva, os ônibus tendem a estar mais cheios, fruto de maior contingente de funcionários para “dar conta” da larga produção desse período, que evidentemente exige um reforço no quadro de funcionários.

O método de contratista assalariado, como o conhecemos hoje, tem origem no período do colonato, marcado pelo movimento de imigração italiana para o Brasil, motivado pela crise europeia do século XIX. Del Priori (2004) explica que os recém-chegados substituiriam a mão de obra escravizada, que estava em processo de abolição em 1888, suprimindo a necessidade de mão-de-obra dos "senhores do café" no Sul e Sudeste brasileiro.

A estrutura do colonato funcionava da seguinte forma: os proprietários das fazendas de café contratavam a unidade familiar – marido, esposa e filho (as) – para exercer as demandas dos cafezais e em troca era cedido uma parte de terra, dentro da mesma propriedade, equivalente a quantidade da lavoura assistida pela aquela

unidade contratada. A família colona usava a terra para atender suas necessidades de subsistência. Plantavam para seu sustento, podendo até comercializar o que ultrapassavam as suas necessidades. Ainda segundo Del Priori (2004), o trabalho das mulheres, durante esse período, era marcado pelas atividades domésticas e também o auxílio nas lavouras, quando permitida pelo homem – tido como cabeça da unidade familiar.

Os primeiros sinais do que conhecemos por “contrato assalariado sazonal” surge da necessidade da produção cafeeira na realização de diversas tarefas que envolviam o manejo da cultura – arrancar a mata, preparar o terreno e plantar o café, daí os “camaradas” – diaristas, mensalistas e formadores de café, em sua maioria homens negros, mestiços e trabalhadores nacionais. Diferente do colono, o camarada não recebia parte da terra, não tinha sua unidade familiar contratada, apesar de possuir uma, tão pouco a garantia de estabilidade nas fazendas. Isso é o reflexo da discriminação racial, que resulta na marginalização de uma população inteira. Às mulheres (esposas dos camaradas) era comum também a presença nesses espaços, quando não estavam realizando atividades

domésticas nas fazendas, como empregadas, ou em suas próprias casas.

Observamos, assim, que o “ser assalariado” foi moldado num contexto de alta precarização, com pouco ou nenhum reconhecimento da importância desses trabalhadores — e ainda menos das trabalhadoras. Esse fator é explicado em grande parte porque a rotatividade de mão de obra é fortemente associada às mulheres. Historicamente, as atividades realizadas por elas não eram consideradas como trabalho formal, nem vistas como dignas de remuneração.

Felizmente, esse não é mais o caso de Rosa. Trabalhando há cerca de dez anos, com sua carteira assinada, como auxiliar de limpeza, ela possui uma carga horária de oito horas diárias, trabalhadas de segunda a sexta e quatro horas aos sábados, recebendo um salário-mínimo, atualmente avaliado em R\$ 1.412,00 (hum mil quatrocentos e doze reais). Ela afirma, na nossa conversa, toda orgulhosa que a sua rotina atual a possibilita um descanso considerável e que, hoje, diferente da época em que trabalhava diretamente no campo, assim que cumpre suas funções, tem a

possibilidade de descansar o resto dia, caso haja a necessidade.

É importante ressaltar que Rosa, como a maioria dos trabalhadores em regime CLT, registra seu ponto de entrada e saída do serviço, como forma de comprovar sua permanência no local de trabalho, fato que não influencia na sua carga horária diária, em outras palavras, Rosa deve permanecer às oito horas de trabalho na Fazenda, sem necessariamente está desenvolvendo o serviço de limpeza. Talvez, por isso, ela afirme que é “Um local tranquilo e melhor”, quando questionada sobre o porquê do serviço de assistência da Fazenda ser melhor do que a lida no campo.

- É como se eu estivesse em casa. Faço minhas atividades e tenho horário de parar.

Se engana quem acredita que as funções de Rosa na Fazenda se limitam ao que estabelece seu contrato de uma década. Não bastasse ser responsável pela limpeza e organização do ambiente, ela, há cinco anos, desempenha outras atividades atribuídas ao seu título de delegada. Ao escutar essa expressão pela primeira vez, de Vitória, lembro-me perfeitamente de achar curiosa a

escolha dessa palavra, mas refletindo mais sobre o termo – que ou quem recebe poderes de outra pessoa – e ao receber o esclarecimento do papel que exerce um/a delegado/a, que, nas palavras da coordenadora do STRJ, é “um representante dos trabalhadores e do sindicato na empresa para resolver questões relacionadas ao trabalho”, percebi que o termo se aplicava bem ao que desenvolvem as pessoas escolhidas.

Apesar de ter sido orientada naquele instante por Vitória do STRJ, foi só na conversa com Rosa que fui apresentada, de forma ilustrada, a esse “plus” de sua vida como assalariada. Definida por ela como uma função de “alta responsabilidade”, a eleição de um/a delegado/a é feita através do voto dos demais funcionários da Fazenda, após candidatura dos nomes elegíveis. Estão aptos ao cargo qualquer um/a que deseje assumir as demandas e que não exerça outra posição de liderança no espaço, como, por exemplo, ser fiscal de campo. Nesse momento acredito que a pergunta sobre o que faz um delegado esteja pairando no ar. Nas palavras de Rosa, um/a delegado/a numa empresa “é para fiscalizar”. Pensemos neles/as como um/a representante mediador dos/as trabalhadores/as, que constroem uma ponte entre

sindicato e empresa, ou diretamente com a empresa. Cada delegado fica responsável por no mínimo 50 outros funcionários.

Consciente da realidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados, Rosa acredita que é importante a presença do delegado na Fazenda. Para ela, é ele que vai identificar abusos por parte de outras lideranças, ouvir as necessidades dos funcionários que delega e ser porta-voz dessas demandas para as instâncias superiores. Atualmente, Rosa é responsável por pelo menos 100 pessoas na Fazenda, um grupo misto, com 50 efetivados e 50 contratistas. Ao todo, segundo ela, são 65 mulheres, entre fichadas - como também são chamadas as trabalhadoras com carteira assinada - e contratadas temporariamente.

Um estudo publicado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2024) aponta que, no Brasil, como um todo, a taxa de desocupação das mulheres no mercado formal de trabalho diminuiu, no entanto segue maior se comparada a dos homens, sendo 9,2% (mulheres) e 6% (homens). O estudo revela que embora as mulheres tenham menos representante no mercado de trabalho – pessoas

consideradas aptas a partir dos 14 anos – são elas que possuem a maior taxa de desocupação em empregos formais, quando comparada aos homens.

Um recente levantamento sobre as trabalhadoras rurais assalariadas deste município, realizado pelo STRJ, entre as 14 empresas que o sindicato está presente, 10.897 pessoas (entre moradores da zona rural e urbana) trabalham em fazendas de fruticultura irrigada no município de Juazeiro/BA. Nesse quadro, apenas 2916 são mulheres. Dentre as empresas onde o quadro de mulheres é maior que o de homens, o segmento principal – ou mais expressivo em termo de hectare plantado – é o da viticultura.

A presença de mulheres nesses ambientes se dar a questões socioeconômicas e culturais, mas também ao fato desse setor agrícola ser um espaço com demandas específicas, voltadas ao manejo, embasados na ideia de que são tarefas de processamento manuais, que envolvem detalhamentos e habilidades de cuidado, que são depositadas às mulheres, como tem sido apontado aqui.

Podemos aqui refletir que, assim como suas

atividades estabelecidas pelo contrato, em sua posição como delegada, Rosa também exerce outras funções associadas ao cuidado, seja no bem-estar sanitário, com a limpeza dos galpões e outros pontos da Fazenda ou como representante de 50 pessoas, pautando o bem-estar trabalhista. Não restam dúvidas que, de uma forma geral, na Fazenda, Rosa é encarregada pelo zelo, do ambiente e das pessoas, o que pode ser uma curiosa coincidência para a jovem que sonhava em ser enfermeira.

A enfermagem é uma profissão associada ao cuidado, os estudos de gênero evidenciam e identificam essa forma de ocupação como “feminização do cuidado”, um termo apresentado por um conjunto de autores que explicam que, historicamente, as mulheres têm sido direcionadas a profissões/ocupações relacionadas ao ato de cuidar, sendo classificadas como “produtoras” de educação e saúde, funções que caracterizam tipos de cuidado. Essas atividades, encabeçadas predominantemente por mulheres, são exercidas em todos os ambientes frequentados/habitados por elas - em casa, na comunidade e no trabalho.

Os trabalhos das mulheres são influenciados por questões sociais, culturais e econômicas. O lugar onde

nasceu, a educação que recebe, o ambiente em que trabalha são fatores fundamentais, que vão explicar questões como desigualdade salarial, condições precárias de trabalho e determinismo de função, baseado nas relações de gênero existentes. Os estudos sobre gênero, e como se dão essas relações, explicam que é esperado de uma mulher comportamentos que sugiram sensibilidade, fragilidade, amabilidade, características que são compreendidas e propagadas pela sociedade heterocispatrilcarcal como naturais em toda mulher, como discutem amplamente, Del Priori (2004) e Perrot (2006), em suas obras, sobre a trajetória das mulheres brasileiras em busca de igualdade. São esses “achismos” que perpetuam e empurram as mulheres para funções de sobrecarga, tendo mais ou menos 40 horas semanais trabalhadas em atividades de baixa composição salarial, conforme estudos da Dieese (2024) sem reconhecimento de que são capazes.

Não é suposição, são dados. Mulheres possuem maior escolaridade do que os homens, contudo, são menos reconhecidas no trabalho. Não é competição, mas se fosse, podemos afirmar que as mulheres estão sendo, há anos, colocadas para escanteio, quando, na verdade,

são jogadoras altamente preparadas.

Apesar de Rosa enxergar tranquilidade na sua função como auxiliar de limpeza na assistência da Fazenda, como delegada ela encara um desafio mais intenso, devido à necessidade de cautela e diplomacia que o cargo exige. Quando questionada sobre a tensão envolta nessa última função, Rosa lembra de um episódio específico, ocorrido em 2022, em que teve que gerenciar uma crise na Fazenda. Na ocasião, a gerência da empresa, onde Rosa presta serviços, havia parado, sem aviso, os ônibus que transportariam para casa os funcionários no fim do expediente. Essa medida impediria que os funcionários retornassem para suas residências, fazendo com que trabalhassem há mais, para além das oito horas diárias daquele dia. Segundo Rosa, os trabalhadores e trabalhadoras que moravam mais próximos ao local foram andando para suas casas, os demais ficaram na empresa e alguns acabaram trabalhando horas extras.

Aqui, destaco mais um ponto comum da história de Rosa com a minha. Em 2006, 16 anos antes de Rosa iniciar sua prestação de serviços para Fazenda, meu pai (nosso motorista) vivenciou a mesma situação, no

mesmo local. Ambos os casos geraram grande revolta nos trabalhadores. No caso de Rosa, enquanto delegada, a resposta teve que ser pensada com calma para que os funcionários não saíssem mais prejudicados, mas, de forma objetiva, para que a Fazenda entendesse que atitude adotada feria os direitos dos trabalhadores, protegidos pela CLT. O artigo 59 desse conjunto de leis ratifica que pode ser acrescentada em cima das horas diárias trabalhadas mais duas horas, entretanto, esse acréscimo deve ser acordado com os trabalhadores. Não foi o que ocorreu.

A resolução do caso se deu com a presença do presidente do Sindicato da época, acionado por Rosa, juntamente com um advogado da Fazenda, para que fosse conversado sobre a situação. Foi efetuado o pagamento daqueles que concordaram em trabalhar as horas extras. A delegada hesitou em efetivar uma denúncia, pois, em seu diagnóstico, os trabalhadores seriam ainda mais prejudicados. Sob a pressão do cargo, e tomada por uma cautela precisa para situação, o cenário exigiu dela uma análise macro:

- Se eu fosse denunciar, eu pensei em quê? Em quantas pessoas tem ali trabalhando, quantas pessoas ganham o

pão ali. E isso aí eu não pude fazer, porque ia gerar um desconforto muito grande. Mas, para a gente ser delegada, a gente também tem que pensar. Não tem que pensar só naquele momento ali que a pessoa está ali com raiva, com o sangue fervendo. A gente tem que raciocinar no que é melhor para a gente, para o trabalhador e para a empresa também.

A reflexão de Rosa sobre não fazer a denúncia vem de uma insegurança, não só da parte dela, mas de toda uma classe, que elucida pontos sensíveis da realidade de um/a trabalhador/a assalariado/a rural. O principal deles é o medo de perder seu emprego, ou mesmo ser alvo de perseguição dentro do ambiente trabalhista. Estando localizados em ambientes muitas vezes remotos, a dificuldade de alcance as redes de apoio, como sindicatos, Ministério Público do Trabalho (MPT), acabam acentuando a sensação de isolamento, fazendo com que se sintam, por vezes, sozinhos.

O fator econômico também é determinante, aliado ao medo citado anteriormente. Muitas dessas casas possuem somente um membro da família como provedor de suas residências, geralmente sendo responsáveis por esposa (no caso de uma família

composta por marido, mulher e filhos), filhos e netos. Vamos conversar mais sobre isso quando conhecermos Summer. A necessidade de sustentar sua família geralmente leva a hesitação de denunciar. Esses pontos contribuem para perpetuar uma cultura do silêncio, que normaliza injustiças e abusos cometidos no trabalho. Mas o que dizem as leis?

A legislação trabalhista brasileira, normatizada pela CLT, estabelece parâmetros de proteção aos direitos fundamentais dos trabalhadores de maneira geral e busca garantir meios seguros para que o trabalhador não se sinta coagido, como a denúncia anônima, que pode ser realizada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ou ao MPT, órgãos responsáveis por investigar e agir contra esse tipo de irregularidades. O sindicato (nesse caso dos trabalhadores rurais) é outra instância criada para suporte de casos como esse. É através dele que o trabalhador deve receber orientação e apoio sobre seus direitos e deveres, enquanto categoria, terem seus interesses representados, como no caso de Rosa. Ainda assim, há uma grande resistência por parte dos trabalhadores e a desinformação sobre a garantia dos seus direitos contribui bastante para essa continuidade.

Outra pauta levantada e defendida por Rosa, enquanto delegada, é a importância de mulheres em cargos de liderança na Fazenda. Ela reflete sobre ser mulher trabalhadora no campo e como representantes como ela são fundamentais para garantia de direitos que são básicos, mas que, frequentemente, são atravessados pelas estruturas de poder hierarquicamente estabelecidas.

A importância dessa pauta não pode ser vista de forma isolada. Um levantamento realizado pelo Observatório do Trabalho Decente nos Municípios Brasileiros (2024) revela dados alarmantes sobre a desigualdade de gênero no município de Juazeiro. Em 2010, apenas 37% das mulheres ocupavam cargos de liderança, enquanto 63% dos homens dominavam esses espaços decisórios. Além disso, o estudo aponta que 95% das mulheres trabalhadoras estavam empregadas no serviço doméstico, sendo que 75,3% delas eram mulheres negras. Em números absolutos, isso significa que apenas 848 mulheres exerciam funções de liderança, em contraste com aproximadamente 4,4 mil mulheres que estavam ocupadas como domésticas. Esses dados colocam Juazeiro como o décimo município da Bahia

com maior número de mulheres nesse tipo de ocupação, evidenciando uma realidade de desproporcionalidade e exclusão no mercado de trabalho.

Diante dessa realidade, a posição de Rosa como delegada sindical é de grande importância. Ela participa ativamente das negociações nos conselhos trabalhistas, que ocorrem em parceria com os sindicatos. Além disso, Rosa está em constante treinamento e capacitação, buscando aprimorar suas habilidades para desempenhar seu papel de forma eficaz. Essa formação contínua também a ajuda a identificar e enfrentar as desigualdades presentes em seu entorno.

A atuação efetiva de Rosa se ilustra com sua presença na Formação de Gênero e Raça, promovida pelo sindicato, que mais adiante marca a constituição da Comissão de Gênero das Trabalhadoras Rurais Assalariadas de Juazeiro. O momento contou com a presença de 26 delegadas sindicais de empresas lotadas nos municípios de Juazeiro, Sento Sé, Curaçá e Casa Nova. O principal objetivo foi orientar essas delegadas em questões de gênero, racismo, saúde e legislação no ambiente de trabalho, bem como nas outras instâncias de suas vidas. Minha intenção de estar nesse espaço era para

exercitar a saída da bolha. Estar literalmente em contatos com essas mulheres e me permitir perceber sobre as discussões envoltas no universo levantada por elas mesmas.

Imagine-se mulher durante um ciclo menstrual. Você necessita ir ao banheiro cinco ou mais vezes ao dia? Agora, reflita sobre como você se sentiria se suas idas a esse espaço fossem motivo de perseguição por parte de fiscais homens, que não compreendem sua condição física e suas necessidades fisiológicas, ainda mais quando há precisão de companhia de uma colega de trabalho. Essa falta de compreensão gera aplicação indevida de advertências.

Esse exemplo veio da própria Rosa, que enquanto delegada, teve que lidar com abuso de fiscais direcionado às trabalhadoras rurais assalariadas. Seu objetivo estando nessa posição é garantir que as mulheres tenham mais dignidade trabalhista, alinhada à sua consciência de que cada trabalhadora possui uma demanda específica.

Estamos no campo rural, falando sobre mulheres que, além de trabalharem, residem nesse espaço, e assim

como a educação, a saúde é uma grande problemática que envolve suas realidades. No entanto, a saúde dessas mulheres aparece apenas como uma parte da pauta “saúde do trabalhador”. A questão do acesso à saúde no Brasil afeta não somente a zona rural, mas, é nesse contexto que encontramos mais acentuada a falta dela. São comuns relatos de Unidades Básicas de Saúde (UBS's) - o bom e velho postinho - fechadas há meses, falta de profissionais qualificados, como médicos, enfermeiras e dentistas.

O distrito de Maniçoba conta com cinco UBS, distribuídas por todo o seu território. Faz parte da realidade de seus habitantes conviverem com um único postinho para atender a cinco ou mais localidades diferentes, o que frequentemente resulta em uma demanda muito maior do que o sistema público tem capacidade de suportar. Quem acompanha a imprensa local de Juazeiro se depara com inúmeras denúncias protagonizadas por essas unidades, como a falta de insumos e medicamentos, atendimentos precários ou até mesmo a ausência total de serviços. Em alguns casos, os próprios moradores acabam assumindo funções assistenciais nessas unidades de saúde.

Mesmo que esse problema não existisse, as mulheres ainda enfrentariam barreiras sociais relacionadas a sua saúde, barreiras essas resultantes de estruturas machistas. Muitas vezes reforçadas por seus próprios companheiros ou pela comunidade com visões retrógradas, em alguns casos, sustentadas por religiões extremamente conservadoras, limitam sua autonomia e, em muitos casos, as impedem até mesmo de buscar cuidados básicos, como exames preventivos. Esse cenário nos leva a questionar: como isso afeta a vida de pessoas como Rosa? E, mais importante, qual é a relação entre a questão da saúde pública e o fato de ser ou não trabalhadora rural?

“Tivemos que inventar uma aula de fazer bolo para que essas mulheres tivessem permissão (de seus maridos) de ir até o Sindicato e realizar um preventivo”. Essa fala, que me atingiu como um soco no baixo ventre, foi dita por uma representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR), que tem atuação nacional na luta de mulheres trabalhadoras do campo rural. Na ocasião, a

agente da CONTAR, que além do olhar clínico, possui conhecimento de causa, proveniente de suas raízes na zona rural mineira, buscava promover, junto a instituição e ao sindicato local, um momento de saúde íntima da mulher, e havia se deparado com um caso estarrecedor. Uma das trabalhadoras assistida pela sindicância havia descoberto uma ferida na vulva, possivelmente causada pelo contato sexual com o companheiro.

Após análise do caso, a agente descobriu que esse campaneiro trabalhava em contato direto com agrotóxico e ao realizar suas necessidades fisiológicas entrava em contato tátil com sua genitália, com as mãos ainda contaminadas. O mesmo, ao manter relações sexuais com a trabalhadora – sua companheira – a contaminou também, o que ocasionou a lesão íntima. Ele teve o membro amputado.

O contato com a agente da CONTAR se deu a partir da Formação Estadual de Gênero, ocorrida em outubro de 2024, a mesma em que encontrei com Rosa. Em meio aos desabafos de cada delegada presente sobre as demandas que possuem em seus cargos pairou-se uma única áurea. Muitas daquelas mulheres estavam sobrecarregadas, com seus trabalhos, mas também com suas histórias. No coletivo, muitas delas conseguiram se

expressar. Relatos de violências doméstica vividas em seus passados, abusos trabalhistas, riscos corridos no ambiente de trabalho com exposição a agrotóxico, negociações exaustivas com os trabalhadores sobre o uso do EPI. Demandas únicas, mas tão compartilhadas que soaram numa só voz. Pude perceber também que os mecanismos de defesa que se mostram disponíveis a categoria “trabalhador” deixam a desejar, em muitos casos, as próprias representações dos órgãos fiscalizadores se apresentam em posição de pedestal, dificultando o entendimento das trabalhadoras rurais sobre determinados assuntos, como a materialidade necessária para se realizar alguns tipos de denúncias, limitando a compreensão dos direitos trabalhistas e reforçando o silenciamento e a exploração nesse tipo de trabalho já comentado por aqui.

Relembrando esse momento com a agente da CONTAR, me acendeu um alerta. Como está a saúde mental dessas mulheres? Há assistência disponibilizada dentro dessas empresas para essa demanda? E a realidade é que não. Primeiro, que saúde mental, quando não tratada como luxo, é vista como desnecessária. Um estudo realizado pelo LAB Thing Olga (2019) aponta que 45% das mulheres brasileiras – para esse relatório

foram entrevistadas 1078 mulheres com mais de 18 anos – foram diagnosticadas com depressão e ansiedade. Os principais sintomas sentidos por elas são estresse, irritabilidade, insônia, tristeza, fadiga, baixa autoestima e sonolência e as maiores causas são a sobrecarga e a insatisfação com o trabalho, que aparecem como marcadores desse adoecimento mental.

Então não é à toa que no exercício de sua função como delegada, Rosa exerça um olhar interseccional sobre essas mulheres. A interseccionalidade, segundo Akotirene (2021), é uma metodologia analítica que propõe lançar um olhar sensível sobre a mulheres, a fim de identificar violências que as condicionam, sem separá-las e/ou hierarquizá-las. Cunhado inicialmente pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002), a interseccionalidade tem suas raízes no feminismo negro e surge como “críticas às leis antidiscriminação subscrita às vítimas do racismo patriarcal”. Ela nos permite perceber a interação simultânea das “avenidas identitárias”, ou seja, ela possibilita a percepção da colisão de várias formas de opressão, sem isolá-las. Denuncia as falhas do feminismo branco, em não contemplar questões

específicas que tangenciam as mulheres negras, produzindo racismo, bem como escancara como diferenças sociais, como raça, gênero e classe, sobrepõem diversas formas de opressão sobre tipos diferentes de mulheres, criando experiências únicas de discriminação e desigualdade para certos grupos.

Sem ter consciência disso, Rosa acredita que toda mulher precisa ter voz, e para estimular isso, ela tentou reunir, para esse primeiro encontro, outras trabalhadoras, criando um espaço em sua casa onde poderiam compartilhar suas histórias e experiências de trabalho. No entanto, as convidadas não puderam estar presentes. Ainda assim, sem eu esperar, de forma repentina e tímida (será a timidez um traço familiar?), sua irmã, a quem chamaremos carinhosamente de Palmer, sentou-se à mesma mesa, ao lado de Rosa, e a medida em que presenciava a irmã, com suas palavras fluindo de forma compassada, observando, assim como eu, cada frase ganhando ritmo e movimento, porque Rosa se expressa com gestos suaves, mas que reafirmam sua mensagem, senti em Palmer que chegaria em breve seu momento de falar. Mas claro! Esse é um movimento para uma performance futura.

Como outras trabalhadoras que traremos aqui, ou talvez como alguma que você conheça, Rosa almejava uma vida diferente, uma outra história. Perrot (2006) afirma que “As mulheres sempre trabalharam” e com Rosa não foi diferente. Ela sempre trabalhou. Mesmo quando não está na Fazenda, está trabalhando. Cuida de um neto, da casa, dos filhos, mesmo que a maioria já tenha passado da fase dos cuidados maternos. Não é estranho sentir-se em casa quando está em seu trabalho, quando é claro que na vida das mulheres, esse marcador, que difere os ambientes, é atravessado pelo não reconhecimento de suas atividades desenvolvidas.

Rosa não expressa queixa sobre o reconhecimento do seu trabalho, mas isso não implica na percepção da auxiliar, que evidencia que há essa carência de forma geral. As “denúncias” apontadas aqui por ela, como o caso do ônibus, ou o abuso por parte dos fiscais, são sempre pautados nas situações vividas no coletivo. Quando questionada sobre os seus próprios desafios no trabalho, a resposta vem acompanhada de um semblante assertivo:

- Eu acho que não existe desafio! E sim uma responsabilidade que a gente chega ali e diz assim: eu

vou resolver. Tanto pra delegada como pro meu trabalho (auxiliar de limpeza) Eu acho que não tem um desafio.

Nesse momento, quase como uma epifania, Rosa conseguiu elucidar o que ela acredita ser seu maior desafio, o cansaço. Fruto de uma rotina, executada de segunda a sábado, intensa que se inicia às quatro horas da manhã, com o preparo da refeição do dia, seguido da espera do ônibus que a levará à Fazenda. As responsabilidades que possui como delegada também a tocam nesse ponto da exaustão. Os fins de semanas, que teoricamente seriam para o descanso, se tornam insuficientes para atender as demandas de casa e ainda se deliciar do primor de uma pausa. É segunda novamente.





PALMER

Mais um domingo que me encontro de pé bem cedo. São seis horas da manhã. Dessa vez, estou menos ansiosa, menos apreensiva e mais preparada para o que viria pela frente. Fazia 42 dias desde a última vez que tinha estado no povoado. Nesse meio tempo, atravessamos uma greve de 20 dias na universidade, que tinha deixado o futuro desse trabalho um tanto incerto – ao menos na minha cabeça. Mas, ali estava eu, novamente pronta, para um encontro com a segunda voz deste projeto.

Fizemos o mesmo percurso da última vez, salvo algumas pequenas alterações na tripulação. O curioso é que mesmo seguindo a dinâmica anterior, o caminho que outrora estava carregado de tensão, voltara a ser mais leve e se assemelhar mais àquela memória infantil. Talvez porque agora eu já tenha feito um contato anterior, visto e conversado previamente com Palmer. Aquele tipo de conversa feita por ligação que auxilia na construção da pauta, realizada no jornalismo diário, que com ela funcionou presencialmente, em um domingo bem quente, 42 dias antes.

O primeiro contato com Palmer se deu ainda quando fui ao encontro de Rosa. “Convidei minha irmã

para participar também!” disse a auxiliar, no dia em que nos conhecemos. Lembro que, nesse momento, pensei nisso como um mecanismo de defesa de Rosa para não se sentir sozinha naquele momento. Ter a irmã ali representava um ambiente seguro e conhecido para ela. O contato com Rosa foi se tornando fluido e à medida que fazia perguntas para ela, ou a mesma me contava alguma experiência vivida, percebia que Palmer tomava cada vez mais propriedade da temática. Seu olhar cada vez mais atento, unido ao seu assento de cabeça a cada momento em que a irmã mais velha elucidava uma discussão. Ao final desse primeiro encontro, combinamos um outro momento para conversamos apenas nós duas.

Então, agora que já conhecíamos o caminho, foi muito mais reconfortante fazê-lo. Há um detalhe peculiar que me passou despercebido na ocasião anterior, que preciso mencionar dessa vez - o trajeto tomado para casa delas foi o mesmo que realizei por 12 meses, durante minha experiência no programa Jovem Aprendiz, no curso profissionalizante de Fruticultura Irrigada, ofertado pela Fazenda.

O curso de Cultivo de Árvores Frutíferas foi desenvolvido por meio do Programa de Jovem Aprendiz do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), uma instituição que desenvolve cursos em EAD, nas áreas do ensino rural e que, em parceria com diversas fazendas da região, realiza a integração da teoria com a prática, ofertada pelo ambiente trabalhista. As fazendas de fruticultura na região e a lei “A Lei do Jovem Aprendiz, Lei nº 10.097/2000, que “obriga empresas de médio e grande porte a contratar entre 5% e 15% de aprendizes”, servem, conseqüentemente, como espaço para muitos jovens do Perímetro Irrigado de Maniçoba alcançarem sua primeira “experiência” trabalhista e contato com o mundo do trabalho.

Por sua natureza, o curso é dividido em duas grandes etapas. Nos primeiros seis meses, aconteceram os módulos teóricos que ensinavam matemática financeira, português, administração e matérias mais específicas que exploravam a fruticultura irrigada, como enxertia, logística de irrigação etc. Ainda nesse período aprendemos sobre as culturas da manga e da uva, formas de irrigação dessas plantas, tipos de plantação, principais espécies existentes e logística de exportação e

importação. Na segunda fase do curso profissionalizante, os jovens aprendizes foram distribuídos nas atividades existentes na Fazenda, tanto no Packing House quanto nos campos de manga e uva. Nesse período, foram aprendidas técnicas de enxertia de manga, a embalagem da manga e da uva e o manejo em geral dessas duas culturas – poda, limpeza, colheita.

Os jovens que participavam desse curso, em sua maioria, tinham entre 20 e 24 anos de idade. Nessa época (2017/2018), eu estava numa turma de 24 pessoas, sendo 15 mulheres. O objetivo do programa era profissionalizar esses jovens com a prospecção de serem “aproveitados” como mão de obra capacitada para a empresa, o que não foi meu caso.

Voltando a Palmer. Ela é vizinha à Rosa, então a primeira parada do dia se deu na casa de sua irmã. Foi o ambiente escolhido por ela, naquele instante, para conversarmos sobre suas experiências enquanto trabalhadora rural assalariada, que reside na zona rural. Ainda do lado de fora, observamos a residência de Palmer, uma casa de paredes brancas, amareladas do sol, exibindo uma parte nos fundos em blocos alaranjados, ainda em construção, que evidencia a ampliação do

espaço, necessária para comportar confortavelmente ela, seu esposo e os quatro filhos. A casa também possui um enorme quintal – terreiro – onde, naquele momento, brincavam algumas crianças embaixo de plantas robustas, dispostas a cerca de sisal e arame que envolve a propriedade.

Após alguns minutos sentada à mesa de sua irmã, Palmer, que possui uma postura tímida, com a cabeça e os ombros direcionados ao chão e os olhos camuflados pelos óculos espessos de grau, chega quase silenciosamente, não fosse o alarde feito pelo ranhar da porta que denunciou a sua entrada. Uma vez sentada e permitida a gravação daquela conversa, damos início a confecção de um capítulo que terá como molde a sua história.

Aos 37 anos, Palmer inicia o 17º contrato de sua vida, após um breve período de dois meses desempregada. Já, no nosso primeiro encontro, ele havia informado que naquela semana – dia 17 de setembro de 2024 – havia sido contratada para prestar serviço, na área de manejo da manga, na Fazenda. Na época, o contrato estabelecido havia sido de 45 dias, tendo encerramento dia primeiro de novembro do mesmo ano. Alguns

domingos depois, Palmer compartilha contente a notícia da renovação por mais dois meses do seu contrato, tendo sido estendido até janeiro de 2025.

Diferente dos outros membros de sua família, Palmer viveu experiências distintas em relação ao trabalho rural. Quando seus pais vieram para a Bahia, ela tinha apenas seis meses, não teve a lida compartilhada como seus outros irmãos, também crianças na época. Aos 10 anos de idade, ela retornou a Paraíba para ficar sob a responsabilidade dos avós e uma tia, na esperança de receber uma educação formal e auxiliar nos cuidados dos mesmos. Ainda assim, na Paraíba, a pequena Palmer, teve contato com o trato rural, tendo passado por propriedades de melão, feijão, pimentão e tomate. Nesses locais, participava sempre das colheitas e sendo culturas rasteiras ou de baixa estatura, não era difícil encontrar outras crianças desenvolvendo as mesmas atividades.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, seguindo a legislação brasileira e a Constituição Federal, estabelece regras contra o trabalho infantil, protegendo os direitos de crianças e adolescentes. Entre as normas estabelecidas pelo

Estatuto, a mais rigorosa é a proibição do trabalho infantil. O artigo 60 do ECA proíbe qualquer trabalho para menores de 14 anos e normatiza com ressalvas o trabalho de adolescentes entre 14 e 18 anos.

Conforme as exigências, adolescentes entre 14 e 16 anos só podem trabalhar na condição de Jovens Aprendizizes; para adolescente entre 16 e 18 anos o trabalho é legal, no entanto não podem trabalhar no turno da noite – das 22 horas às 5 horas –, não podem exercer funções insalubres, de alto risco de periculosidade, que prejudiquem sua saúde e desenvolvimento físico e mental. A lei ratifica também que, em hipótese alguma, o trabalho pode interferir nos estudos, sendo assim o artigo 65 do ECA preconiza que as condições de trabalho devem respeitar a dignidade e o pleno desenvolvimento do adolescente.

Ainda que essas normas sejam regulamentadas e que existam agentes no combate dessas práticas irregulares como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – criado pelo governo federal em 1996, para combater o trabalho infantil inicialmente em Três Marias (RS) e que posteriormente teve sua cobertura ampliada para o todo o território nacional – os

desafios que assolam a erradicação do trabalho infantil no país, especialmente nas zonas rurais, ainda são latentes, visto que o país tem essa prática enraizada em sua formação territorial. Os primeiros indícios do trabalho infantil surgiram ainda no Brasil Colonial com a escravização de crianças negras e indígenas que eram exploradas nas atividades agrícolas e domésticas. Nessa época, a força de trabalho infantil era tida como natural e necessária para o fomento da economia nacional. O cenário é o mesmo durante o Brasil Império. A expansão das monoculturas de açúcar e de café potencializou o trabalho infantil, ainda mais entre as crianças escravizadas. Com o fim – formal – da escravidão, em 1888, essas crianças foram empurradas para trabalhos informais, precarizados e em condições desumanas (MIRANDA, 2011).

As décadas seguintes trazem na expansão industrial ainda mais precarização no trabalho e com isso o trabalho infantil passa também a ocupar as indústrias fabris. É somente em 1943, com a criação da CLT, que fica estabelecido a idade mínima para o trabalho – 14 anos –, mas como é de se esperar, essa norma era frequentemente atravessada em detrimento de mão de

obra barata e precarizada. Foram longos anos de precarização camuflados pela expansão econômica do país. Cada vez mais crianças foram sendo arrastadas para atividades de alta exposição e informalidade, como trabalhos domésticos, agrícolas, vendedores ambulantes, catadores de lixo etc.

Apesar da proibição do trabalho infantil ter sido estabelecida na Constituição de 1988 foi em 1990, com a criação do ECA que avanços, como direitos à proteção e à educação, além de proibição de formas de trabalho prejudiciais ao desenvolvimento infantil são postas em pauta focal, permitindo também a criação medidas de prevenção e fiscalização como a PETI. No entanto, a atualidade ainda é alarmante. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua (2019), do total de crianças e adolescentes que trabalham na idade de 5 a 17 anos, 20,6% estavam em atividades agrícolas. Não à toa, entre as crianças e adolescentes que estão sujeitas às piores formas de trabalho infantil, o trabalho na agricultura representa 41,9%.

O censo Agropecuário (2017) evidencia que os meninos são maioria nessa realidade. A causa disso está

na desvalorização do trabalho feminino. O acesso à educação também é um fator de extrema relevância nessa discussão. Relatos como o que Rosa trouxe se aplicam aqui. As escolas estão, na maioria dos casos, longe dessas crianças, fazendo com que o trabalho se torne a ocupação central de suas vidas.

A volta de Palmer à Bahia, precisamente ao povoado, se deu quando já tinha 17 anos. Ela lembra que em seu retorno os pais já estavam em “idade de se aposentar” e a manobra adotada pela jovem foi justamente buscar por um meio de sobrevivência para auxiliar nas despesas da casa. Ainda sem perspectiva de um contrato com carteira assinada, nessa época, Palmer era diarista em fazendas de uva e cebola e melão “Plantando, arrancando, colhendo”, pontua ela.

Em suas experiências como diarista, Palmer já desenvolveu inúmeras atividades que exigem de sua força física e mental. Como dito, a maior parte de seus trabalhos – desde a infância – foram em culturas de estatura baixa ou literalmente rasteiras, exigindo da mulher adulta horas numa posição desconfortável e desgastante, e sem proteção, visto que eram

desempenhadas na informalidade e como alega a trabalhadora, na maioria dos casos, ela e outros companheiros, que estavam nas mesmas atividades, iam com as roupas que usavam dentro de casa, sem um calçado adequado, ou luvas que protegessem suas mãos, estando completamente expostos e vulneráveis a qualquer incidente que pudesse ocorrer na atividade trabalhista.

Um estudo que revisa materiais acadêmicos, que põe em foco a vida das mulheres trabalhadoras rurais, analisou as condições de trabalhos em três modelos trabalhistas – assalariamento, autônomo/agricultura familiar e cooperativismo – centrado na saúde dessas mulheres. A pesquisa evidencia que dentre as queixas relacionadas a saúde apresentadas por mulheres que estão no assalariamento rural, ou seja, desenvolvendo atividades remuneradas dentro de fazendas da agroindústria, está no topo da lista as dores na coluna, geralmente, ocasionadas pela postura incorreta no desenvolvimento da atividade, bem como no esforço físico corrosivo que fazem essas trabalhadoras, carregando, por exemplo, caixas de manga do pé a uma distância considerável, como no caso de Palmer.

Também são questões de saúde as lesões por esforços repetitivos (LER) e Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT), que são condições ligadas estritamente ao ambiente em que são desenvolvidas as atividades dessas mulheres, a exemplo dos Packhouses – ou somente Packin – dessas fazendas. Nesses setores, onde são realizados o embalo da fruta, etapa que antecede a exportação, o sistema operacional é comumente realizado a mão, sendo desenvolvido em sua maioria por mulheres. Quando estive na Fazenda, lembrei do filme *Os tempos modernos* (1936) e de Charles Chaplin apertando as porcas de parafusos em uma linha de montagem. A sátira, que teve como objetivo criticar o capitalismo e seus processos de industrialização, pode ser uma ilustração do que se tem dentro desses espaços, movimento de produção em massa – embalo por meta – repetitivo, que, em sua maioria, ocasiona as condições citadas anteriormente.

O relato de Palmer me deixou pensativa e a partir disso questiono a ela qual, entre todas as atividades que já exerceu e exerce no momento, ela nunca mais desempenharia. Para a surpresa de absolutamente

ninguém – nem mesmo a minha – sua resposta ressoa que:

– A necessidade sempre falar mais alto. Porque tem serviço que a gente vai fazer e meu Deus, (diz) ‘eu não faço mais não’, mas quando chega aquele dia, você faz. Tem que fazer e faz!

Conforme sinalizam Beserra, Hennington e Pignatti (2021), a afirmativa acima denuncia uma situação de extrema vulnerabilidade financeira e social dessas mulheres, que na busca pela autonomia e sobrevivência, combinado a um menor horizonte de expectativas, são empurradas para trabalhos desgastantes, com condições precarizadas, vivenciando a desvalorização e a invisibilidade de suas contribuições. Del Priori (2006) aborda que o trabalho é inevitável às mulheres, ainda mais as que são mães, pobres, negras, que romperam as relações ou, de alguma forma, foram abandonadas por seus companheiros. Historicamente, a realidade de mulheres que se viam nesse contexto era marcada pela recusa social. Seus pais, para quem solicitavam guarita, muitas vezes já não tinham condições suficientes de manter-lhes. Que saída as restavam?

Esse não é o caso de Palmer. Não foi abandonada por seu esposo. Mas, num contexto de salário precarizado, que também atinge homens inseridos no trabalho rural, ainda que possua cargo de tratorista, ganhando um pouco mais que o salário-mínimo, somente uma fonte de renda para manter o núcleo familiar inteiro torna-se insuficiente.

No que toca à educação, Palmer compartilha o mesmo cenário que Rosa. Quando retornou à Paraíba, aos dez anos de idade, cursava a terceira série – atual segundo ano – do Ensino Fundamental I. Devido a falta do documento que comprovava o acesso anterior àquele – histórico escolar –, ficou alguns anos sem conseguir frequentar a escola, a saída encontrada por sua tia foi contratar aulas particulares para que a então menina, pudesse aprender a ler e escrever.

Toda essa burocracia fez com que Palmer voltasse à primeira série, ainda na Paraíba, e mais tarde, no retorno para casa, teve que abandonar os estudos, em decorrência das dificuldades encontradas no regresso, como falta de transporte, a necessidade de se sustentar, que a fez até equilibrar o trabalho com os estudos por um

tempo, mas que logo, em razão de dar suporte à sua família, não foi possível continuar.

A história de Palmer ilustra as condições socioeconômicas adversas de um Brasil onde, desde a infância, muitas mulheres são pressionadas a contribuir com sua força de trabalho para garantir a sobrevivência própria e de suas famílias. Em cenários rurais, conforme ilustra Del Priori (2006), essa contribuição se torna ainda mais indispensável, especialmente em períodos de crise. Nesse contexto, o trabalho não é uma escolha, mas uma imposição. Além disso, essa realidade tem impactos profundos na trajetória escolar de jovens mulheres, levando muitas delas a abandonarem os estudos para atender às demandas econômicas familiares. Isso perpetua ciclos de desigualdade e limita as oportunidades de ascensão social no futuro.

Palmer destacou também que, às vezes que cogitou retornar aos estudos, algo novo em sua vida surgia como prioridade. Primeiro, o trabalho, depois o casamento e, na sequência, a gestação e nascimento do seu primeiro filho... Ao todo, Palmer frequentou a escola formal até a sexta série do ensino fundamental II, ainda

assim “Terminar os estudos” é um de seus grandes desejos.

Traçar um perfil educacional das mulheres trabalhadoras rurais do município de Juazeiro é algo geralmente difícil. Os bancos de dados oficiais do país – IBGE, IPEA, DIEESE – não possuem dados atualizados sobre essa questão. Em contato com o IBGE, inclusive, que ainda está em processo de publicação dos dados de 2022, a informação era que até aquele momento – outubro de 2024 – o recorte de zonas rurais ainda não havia sido divulgado, sendo esse fundamental para construção deste trabalho. No entanto, historicamente, o perfil escolar das mulheres trabalhadoras assalariadas que fazem parte do processo de produção agrícola é estigmatizado pela inacessibilidade desses espaços, ainda mais quando falamos de mulheres que residem na zona rural.

Ainda na busca por dados que proporcionasse um panorama melhor sobre essa questão, fiz, inicialmente, duas pesquisas no Google com as seguintes frases: “taxa de escolaridade das mulheres brasileiras” e “taxa de escolaridade das mulheres da zona rural brasileira”. A

primeira me direcionou para estudos e dados do Ministério da Educação - MEC (2024), que aponta que, em 2023, no ensino fundamental, as mulheres brasileiras correspondiam a 48,5% (7 milhões) nos anos iniciais (1º ao 5º) e batiam esse mesmo percentual (5,7 milhões) nos anos finais (6º a 9º). O mesmo estudo mostra ainda que à medida que avançam nas fases escolares – ensino médio e superior –, o percentual de mulheres aumenta ainda mais em relação ao número de homens que ocupam os mesmos espaços. O resultado da segunda combinação de palavras me apresentou alguns dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2015 - 2019), com base nos estudos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do IBGE (2013), que assinala que, na zona rural do país, apenas 13% das mulheres com idade superior a 10 anos concluíram o ensino médio e 2% concluíram o ensino superior. A maioria dessas mulheres (19%) tem apenas um ano de estudo e 17%, o que corresponde a mais de 2 milhões de mulheres da zona rural, tem menos de um ano de ensino ou nunca estudaram.

Ambos os estudos sugerem que as mulheres, embora de forma discreta, apresentam taxas de

escolaridade superiores às dos homens. Essa diferença reflete avanços históricos em favor da igualdade educacional de gênero, mas também levanta debates sobre as desigualdades enfrentadas por mulheres no mercado de trabalho, especialmente em áreas rurais, onde fatores como o acesso limitado à educação e a necessidade de trabalho precoce ainda são desafios significativos.

No levantamento do IBGE (2022), mesmo sem apresentar um recorte atualizado para as zonas rurais, chama atenção o fato de que a região Nordeste concentra 55,3% dos brasileiros com 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever. Esse dado evidencia não apenas uma desigualdade regional, como também reforça a importância de políticas públicas focadas em reduzir as disparidades educacionais no Brasil.

Além disso, quando se cruzam recortes de gênero, raça e território, as discussões se aprofundam. Mulheres negras e pardas em zonas rurais enfrentam múltiplas camadas de exclusão, exacerbando os impactos da desigualdade educacional e econômica. Assim, a análise desses dados demonstra a necessidade

de esforços estruturais para promover a inclusão e a justiça social em todas as regiões do país.

Em relação a execução de seus contratos trabalhistas, Palmer destaca que geralmente não fica sem trabalho. Operando no regime contratista, a trabalhadora já quanto não está exercendo contratos sazonais, presta serviços por diária. Mãe de quatro filhos – dois rapazes e duas meninas – ela destaca que, quando não está cumprindo um contrato em uma empresa, está desempenhando em tempo integral a função de dona de casa, mãe e esposa. Palmer não refletiu sobre isso, mas a grande questão é que o mesmo cenário vale para quando ela está trabalhando.

Palmer relata que, entre seus filhos, os mais velhos, de 16 e 13 anos, as responsabilidades são maiores, tendo em vista que seu primogênito já desempenha atividades laborais, em “roças” na região de Maniçoba. Ela explica que ele concilia seus estudos, estando no segundo ano do ensino médio, com “bicos” que surgem. Em outras palavras, assim como sua mãe, trabalha em diárias. Seu filho de 13 anos, ainda no 9º ano do Ensino Fundamental II, de acordo com o relato da mãe, é o que mais a auxilia dentro de casa, no cuidado

com as irmãs e nas atividades domésticas. Palmer relata que ainda não trabalha, com intuito de remuneração, ainda assim, quando solicitado, por umas de suas irmãs, dona de uma propriedade rural, ambos desempenham alguma atividade conforme a necessidade dessa tia.

Palmer também tem duas meninas, as enérgicas crianças de oito e cinco anos, que estudam no Ensino Básico e que, entre todos os membros, são as que mais passam tempo em casa. A maior, relata ela, já a ajuda nas atividades de casa. A caçula, descreve ela aos risos, como “a que dá trabalho” exigindo esforços incansáveis de seus irmãos mais velhos para atender suas demandas, visto que é ela quem manda na casa.

O exercício da função de dona de casa exclusivamente para as mulheres tem sua raiz na divisão social do trabalho que direciona quais são as atividades de cada gênero e raça – homens e mulheres, brancos e negros. A divisão sexual do trabalho, segundo Herrera (2016) infere que a noção dessas atividades está ligada ao que é ser “mulher” e “homem” na sociedade, não na natureza do trabalho desenvolvido (et *al* HIRATA; KERGOAT, 2007). Em outras palavras, todas as atividades desempenhadas por mulheres são

intrinsecamente relacionadas como auxílio, ajuda. São tarefas, geralmente, de cunho doméstico ou com o cuidado como foco central e por serem elas a frente do trabalho, a tendência é que haja ainda mais desvalorização.

Em relação à divisão racial do trabalho, devemos levar em conta as marcas deixadas pelo período escravocrata vivido no Brasil, que, apesar da abolição formal, não eliminou as desigualdades acentuadas por este processo desumano, ao contrário, trata-se de uma sequela direta do racismo estruturado na sociedade. Com base no artigo de Alves (2022), o escravismo desempenhou papel fundamental na construção da divisão racial do trabalho, visto que, em sua estrutura, a mão de obra escrava era baseada no tráfico de pessoas negras, vindo de diversos cantos da África. Esse cenário por si só estabeleceu o fenômeno do racismo estrutural, uma dinâmica que esvazia a população negra, lançando lhes um olhar que os consideram mercadorias, explorados de forma compulsória.

O ponto central que envolve essa discussão é que, com a abolição, a discriminação racial e a marginalização da população negra foram

potencializadas, excluindo uma população inteira do mercado formal de trabalho, sem assistência estatal e cada vez mais inseridas em atividades informais, precarizadas e com baixa remuneração. Esse autor ainda reflete que o racismo agora passa a operar enquanto barreira racial, impedindo a ascensão social da população negra e concentrando-a nas posições mais baixas da hierarquia social. Lembremos que nesse período que se consolida a divisão racial no trabalho, que lembremos é no mesmo momento que se inicia o colonato, marcado pela imigração da mão de obra branca italiana.

Como apresentado em outros momentos aqui, a mulher sempre esteve trabalhando, sendo ela fundamental para o desenvolvimento da humanidade. Foi nas atividades das agricultoras que nasceu os trabalhos das mulheres rurais e tudo isso alinhado à jornada doméstica, como afirma Del Priori (2004). Ainda assim, mesmo trabalhando na mesma proporção que o homem, ou até mais, a força de trabalho feminina sempre foi vista como mera ajuda – ao esposo e família. Quando somado a jornada formal de trabalho e as horas dedicadas as atividades do lar – limpeza, cozinha, ser mãe

e esposa, esse tempo duplica, não tendo visibilidade alguma de seu papel enquanto trabalhadora, o que somente reforça um cenário de precarização que assombra a força disponibilizada por mulheres.

Felizmente com Palmer, o cenário tem tomado formas diferentes. Geralmente, quando está em contrato, ela costuma levantar-se às quatro horas da manhã. Prepara todas as refeições da manhã para ela e sua família, e deixa as outras tarefas de casa ao encargo de seus filhos mais velhos, os dois rapazes. Esse é um fato que deixa Palmer orgulhosa, pois acredita que a criação que tem dado a eles tem resultado em pessoas responsáveis, que não a sobrecarregam com as atividades do lar, muito menos reproduzem discursos embasados no heterocispatriarcado, como “Atividade doméstica é tarefa de mulher”

O termo heterocispatriarcado é utilizado para descrever uma estrutura sociopolítica que interliga três sistemas de opressão – a heteronormatividade, a cisnormatividade e o patriarcado. O primeiro defende a crença que a heterossexualidade é a única orientação sexual existente e aceitável, marginalizando as demais orientações englobadas pela sigla LGBTQIAPN+. O

segundo termo se refere a ideia de que a identidade de gênero corresponde ao sexo biológico de quando nascemos, nessa perspectiva, só podemos ser homens ou mulheres, de acordo com a combinação genética XY ou XX, respectivamente. Tida como “natural”, a lógica da cisnormatividade, mais uma vez, produz exclusão, quando desconsidera a existência de pessoas transgênero e não binárias. Por fim, o patriarcado, é um sistema de dominação que defende a supremacia masculina – branca – em detrimento dos diversos tipos de mulheres.

Combinados, esses três sistemas produzem opressões cruzadas, que tem como cerne a manutenção do privilégio do homem branco cisgênero. E quais seriam esses privilégios? O poder de ocupar espaços decisórios, a fim de perpetuar as desigualdades e violências existentes. Hooks (1981), ainda que não utilize explicitamente o termo, trabalha com as noções de patriarcado e opressões combinadas, que dialogam diretamente com os conceitos que heterocispatriarcado engloba – opressões de gênero, raça, classe e sexualidade.

Ainda que não esteja familiarizada com o termo, Palmer, como muitas mulheres, ainda mais mulheres

negras, pobres e pertencentes aos demais grupos marginalizados, é vítima de opressões cruzadas – machismo, racismo e opressões de classe. Estando inserida num ambiente predominantemente machista, ela reconhece quando algumas violências são direcionadas a sua pessoa ou as suas companheiras. Em suas falas, ela já nos mostrou isso.

Embora a realidade de exaustão com o trabalho a envolva diariamente, Palmer também relata orgulhosa o comprometimento de sua família em diminuir, ainda que com pequenas atitudes, essa carga.

– Quando eu chego em casa, o trabalho (de casa) já é pouco. É só mais “pra” fazer a limpeza das coisas que eu levo, das vasilhas que eu levo com a comida [...] vou lavar a roupa de trabalho. Nessa parte (limpeza da casa), eles – o esposo e os filhos – já têm me ajudado.

O esposo de Palmer, trabalha como tratorista efetivado, na Fazenda, em que atualmente ela está contratada. Esse fato gera uma pequena estabilidade no suporte financeiro da família. A trabalhadora rural explica que, quando ela está em serviço, o marido provém alimentação e assistência da casa – contas de

água e luz, reparos de infraestrutura etc. Para ela, ficam as despesas com roupas dos filhos, material escolar, internet da casa e alguma outra demanda do dia a dia que necessite uma resolução imediata, como a falta de um alimento pontual, por exemplo. Porém, é normal que as despesas da família apertem um pouco mais, quando ela não está trabalhando.

Em casa Palmer desfruta de uma flexibilização e equilíbrio maiores que tornam sua rotina menos desgastante, no entanto, no trabalho nem sempre funciona dessa forma. Atualmente, está inserida no manejo da manga e entre as funções que já desempenhou encontram-se a colheita, o cato do fruto – função onde os trabalhadores retiram da copa das plantas, as mangas caídas e apodrecidas, para não estimularem a proliferação da mosca das frutas –, e a desfolha e/ou poda. Na colheita – função que desempenha recentemente – possui uma meta média de 50 caixas por dia, para cada membro da equipe, que conta com 24 pessoas. Palmer relata que já chegou a receber uma meta de 80 caixas, porque naquele dia a equipe estava desfalcada.

– Eles aumentam a meta daquele que faltou. Aumentam para a gente! Porque se a empresa determinar que vai sair três caminhões, a gente tem que colher aqueles três caminhões. E assim vai.

Essa, infelizmente, é a lógica que rege as linhas produtivas das fazendas como aquela para a qual Palmer presta seus serviços. A produção mercadológica, impulsionada pela dinâmica do capitalismo, dita as regras comerciais. No caso do mercado de exportação, que é o principal destino da produção da Fazenda de frutas, essas exigências tornam-se ainda mais rigorosas. A propriedade agrícola deve atender prazos, quantidades e padrões de qualidade estabelecidos pelos compradores, que, frequentemente, operam com parâmetros inflexíveis. Para os trabalhadores e trabalhadoras que estão no campo, nas frentes produtivas, não há alternativa além de cumprir as metas impostas, sob pena de colocar em risco o funcionamento e a continuidade de suas atividades laborais.

Consciente sobre as pautas sociais, à sua maneira, Palmer defende que não existe um modelo universal de mulher, ressaltando que cada uma possui necessidades específicas. Em suas palavras: “Tem

mulher que possui suas necessidades diferente da outra. De ir ao banheiro e ficar mais tempo que outra, quando está naqueles dias”. Essa afirmação se refere ao ciclo menstrual, um aspecto frequentemente estereotipado pela opinião popular, mas que varia amplamente entre as mulheres. Embora seja um exemplo simples, ele ilustra uma das questões centrais levantadas pelo feminismo negro: a necessidade de romper com as ideias eurocêntricas e homogêneas sobre o que significa "ser mulher", sinalizada por Akotirene (2021).

Geralmente, posturas machistas estão culturalmente e socialmente associada ao comportamento dos homens, no entanto, esse fato não exclui sua reprodução – do machismo – por mulheres em posições de poder. Palmer compartilha um exemplo que a marcou profundamente: uma trabalhadora, que passava por fortes cólicas menstruais, pediu para ser realocada temporariamente para uma função de menor intensidade. A resposta foi negativa, com a justificativa de que as tarefas daquela semana já haviam sido distribuídas. O que surpreendeu Palmer foi que essa decisão partiu de uma fiscal – uma mulher. Para ela, parecia inconcebível que outra mulher, alguém que também poderia vivenciar

as mesmas dores, não demonstrasse empatia ou compreensão.

Essa situação evidencia como as estruturas hierárquicas e a falta de sensibilidade para questões de gênero podem atravessar tanto homens quanto mulheres, especialmente em ambientes de trabalho marcados pela rigidez e pela precarização. Ambientes como esses já são extremamente machistas, dado o contexto cultural e histórico em que foram forjados. No entanto, as violências vão além do que esperam, fazendo-nos chegar a tal questionamento: As mulheres são – podem ser – machistas?

Primeiro deve se levar em consideração que o machismo é um comportamento intrincado culturalmente. Ele está manifesto nas atitudes, valores e noções que perpetuam as desigualdades de gênero, e é, por sua vez, passível de ser reproduzido por todos que estão inseridos na sociedade, inclusive as mulheres. Nelas, a reprodução do machismo surge na infância – assim como neles – no aprendizado social, experienciando no âmbito familiar. Pensem em quando nossas mães nos colocavam para lavar a louça, ou

qualquer tarefa doméstica – com a premissa de que meninas tomam conta de suas casas –, enquanto nossos irmãos tinham a liberdade de ficar “de pernas para o ar”. À medida que crescem, os pensamentos e comportamentos machistas como esses são internalizados por essas mulheres, e mesmo que elas sejam as mais prejudicadas, o que geralmente acontece, de alguma forma, elas reproduzem e colaboram para perpetuar o privilégio branco masculino.

Hooks (2000) explica que mulheres em posições de poder podem replicar práticas patriarcais como meio de preservar status ou se conformar às normas dominantes. Ela alerta que o feminismo precisa trabalhar na desconstrução dessas ideias em espaços pessoais, profissionais e sociais. Isso explica a atitude da fiscal, que negou à colega de Palmer a troca de setor.

Outro aspecto relevante para discussão é a segurança das mulheres no campo. Quando chegam à Fazenda e batem o ponto, é comum que os trabalhadores se dirijam aos pontos de apoio (PA), onde tomam café, vestem-se e se equipam antes de seguirem para as áreas designadas pelos fiscais. Essas áreas podem variar em

localização: algumas estão próximas ao PA, enquanto outras são mais afastadas, exigindo deslocamentos feitos, geralmente, a pé. Nesses casos, as áreas podem ficar isoladas e distantes da supervisão direta, o que aumenta a vulnerabilidade das trabalhadoras. Essa realidade expõe as mulheres a riscos tanto durante o trajeto quanto no exercício de suas funções em locais com pouca visibilidade e suporte.

No campo, as equipes são mistas, homens e mulheres interagindo durante horas até o cumprimento da meta, e, em alguns casos, até o encerramento do expediente. Palmer relata que devido a incidentes de assédio ocorridos em anos anteriores, a organização da Fazenda implementou uma política de separação. Agora, mesmo a equipe integrando ambos, são formadas duplas de mulheres e homens, para o cumprimento das atividades. A trabalhadora destaca também que há PA's distintas, com banheiros separados. Essas alterações foram motivadas por situações em que os homens demonstraram comportamentos inadequados, como insinuações, perguntas invasivas sobre a vida pessoal das mulheres e até mesmo episódios mais graves de assédio físico, incluindo toques indesejados e agressões verbais.

Para ilustrar essa realidade constantemente vivenciada por essas mulheres, Palmer relembra um caso recente, que envolveu uma trabalhadora e um funcionário. Enquanto a primeira conversava com uma colega, o homem se intrometeu na conversa. A trabalhadora respondeu de forma direta, dizendo: "Eu não estou falando com você, estou conversando com ela". Irritado, ele reagiu de maneira desrespeitosa, mandando-a "calar a boca". A mulher adotou postura firme e diante da recusa dela, ele passou a xingá-la, usando palavras ofensivas, xingamentos de baixo calão.

Casos como esse são apresentados ao setor pessoal pelo fiscal de equipe, para que sejam tomadas as medidas cabíveis. A respeito desse episódio em específico, o funcionário foi advertido, pela segunda vez, inclusive. Em seu relato, Palmer informou que o mesmo possuía histórico de abordar as mulheres de maneira inadequada e ousada, demonstrando falta de respeito direcionado as elas.

Ainda que algumas mulheres relatem que nunca sofreram esses abusos diretamente, muitas conhecem companheiras que vivenciaram ou testemunharam alguma situação de assédio no ambiente de trabalho. A

divisão das equipes e as possíveis advertências aplicadas, ainda que tenha reduzido o contato direto entre homens e mulheres no trabalho ou gere uma resposta imediata a qualquer atitude desrespeitosa, reflete a tentativa de solucionar os problemas pontuais, mas não elimina a necessidade de medidas preventivas e de conscientização mais profundas para combater o assédio e criar um ambiente seguro e respeitoso para todas. Afinal, são elas as maiores prejudicadas desses cenários hostis.

A resposta imediata a esses comportamentos, muitas vezes, tende a ser superficial por parte das empresas, não focando na raiz do problema que é cultural. Nesses casos, seria necessário, para além do afastamento, um comprometimento maior desses empregadores, unidos aos sindicatos, na elaboração de mecanismos que previssessem medidas de longo prazo, como por exemplo a promoção frequente de treinamento de igualdade de gênero, assédio sexual e as consequências que podem implicar tal comportamento. Regras explícitas e rígidas acerca da problemática também devem ser estabelecidas nesses espaços, a fim de proporcionar para essas mulheres um ambiente

verdadeiramente seguro. Por fim, é fundamental, por parte dos empregadores, que as denúncias dessas mulheres sejam ouvidas e tratadas de forma confidencial, visando a proteção máxima dessas mulheres e a promoção de justiça social.

Mais um relato de Palmer ilustra como medidas mais incisivas devem ser tomadas a respeito do reforço da segurança de mulheres em ambientes mais afastados da sede da Fazenda, por exemplo. Em uma das áreas, um funcionário cometeu uma violação de privacidade das mulheres no banheiro. Segundo Palmer, ele perfurou a parede, instalou um objeto que camuflasse sua ação, para que no momento que desejasse fosse observar as trabalhadoras enquanto utilizavam o espaço. O comportamento chamou a atenção de outro funcionário, que achou estranho o homem sempre se dirigir ao banheiro, quando as mulheres iam. Suspeitando de algo, esse funcionário entrou no banheiro e descobriu a perfuração na parede.

O caso gerou pânico nas mulheres e indignação nos demais funcionários. No entanto, a empresa não aplicou nenhuma punição formal ao infrator. O buraco foi fechado, e ele continuou trabalhando normalmente

até decidir, por conta própria, deixar a empresa. Situações como essas fazem Palmer se sentir extremamente insegura em seu trabalho:

– A gente sai de casa pra trabalhar, deixando nossa família para estar trabalhando [...] A gente se sente ameaçado. Porque a gente sabe que hoje a mulher... Desde sempre, a mulher sempre teve um pequeno valor.

Esse último ponto levantado por ela aborda o fenômeno da “vilanização da vítima”, uma prática em que mulheres que enfrentam violência ou abuso acabam sendo culpabilizadas por essas situações. Esse processo desumanizador frequentemente resulta em uma perda simbólica de “valor da mulher” aos olhos da sociedade, enquanto o verdadeiro culpado muitas vezes não é responsabilizado. Essa inversão de responsabilidades reflete estruturas sociais machistas, que silenciam e deslegitimam a experiência das mulheres, perpetuando ciclos de opressão e impunidade.

Conforme afirma Hooks (2018), esse é um mecanismo criado pelo patriarcado a fim de esvaziar e desumanizar essas mulheres como forma de controle, reforçando discursos que responsabilizam as vítimas

pelas violências direcionadas a elas. Essa autora suscita que, para combater esse movimento, é necessária uma educação que estimule o desmonte dessas crenças e ponham em foco os verdadeiros agressores. A criação de redes familiares e institucionais de apoio, bem como a revisão de práticas que reproduzam esses discursos, são outros caminhos que devem alinhar-se para a promoção de justiça social para essas mulheres.

Nesse momento, em que Palmer relatava as questões de (falta) segurança, Rosa estava presente. Ainda que estivesse ocupada com suas atividades de casa, sua atenção pairava sobre nossa conversa e a auxiliar, com seu conhecimento como delegada, trouxe informações sobre os métodos de denúncia que podem ser feitos em casos como os que Palmer nos apresentou.

Rosa explica que a denúncia de assédio sexual, dentro da Fazenda, segue um protocolo específico. Atualmente, essa responsabilidade recai sobre profissionais designados, tendo uma representante do setor pessoal como responsável por lidar com essas demandas. Antes da criação desse canal, as denúncias passavam pela enfermeira, que as encaminhava ao setor

pessoal e, em seguida, à gerência. Entretanto, agora há um processo mais estruturado e confidencial.

Ao identificar um caso de assédio, a vítima ou testemunha deve relatar o ocorrido a essa representante, que formaliza a denúncia por meio de um boletim de ocorrência interno. Esse documento é enviado diretamente à gerência, que toma as medidas cabíveis sem expor o denunciante. Para proteger os envolvidos e evitar represálias, a saída do acusado é tratada como uma decisão geral, sem especificar o motivo real.

Esse método objetiva garantir o anonimato da denúncia e proteger a vítima ou quem relatou o caso, evitando situações de perseguição ou retaliação no ambiente de trabalho. Contudo, Rosa reconhece a necessidade e a importância de reforço de mecanismos mais efetivos de segurança e conscientização sobre o combate ao assédio sexual dentro e fora do trabalho.

O assédio por parte dos trabalhadores é tão enraizado, que Palmer, sendo uma mulher evangélica, não escapou dele. Ela conta que para executar seu trabalho de maneira mais confortável é preciso usar

calças legging – calça de tecido elástico, que, rente ao corpo, facilita a movimentação fluida. Em um certo momento. Ela conta que foi abordada por um “irmão” que a repreendeu, alegando que aquela roupa seria inapropriada para uma membra da comunidade evangélica. Palmer prontamente rebateu a crítica, alegando que aquela pessoa não tinha o direito de questioná-la daquela maneira. Ainda reafirmou que inapropriado havia sido o comentário dele.

Hooks (2018) explica atitudes como essa, explorando sobre como o patriarcalismo impõe padrões que restringem a liberdade das mulheres, condicionando-as a atender expectativas de aparência e comportamento que mantêm a desigualdade de poder entre os gêneros, sendo a opressão do corpo feminino, mediante o controle de sua vestimenta, comportamento e escolhas, só mais um dos mecanismos de repreensão moral dessas mulheres. Esse controle sobre o corpo feminino funciona como uma ferramenta fundamental para manter sua subordinação dentro de uma sociedade patriarcal. Ela observa que uma das formas de manutenção desse controle é a politização da aparência da mulher, que garante poder a sociedade de ditar as

escolhas delas. Essa influência sobre a vestimenta não é apenas uma questão de moralidade ou decoro, mas uma forma de perpetuar desigualdades de poder e reforçar a ideia de que o corpo feminino está disponível para o olhar e julgamento masculino.

Apesar de vir trajado como “um comentário” atitudes como essa do “irmão” são violências, constroem suas vítimas e afetam suas vidas de maneira que elas não percebem no ato, muito menos conseguem identificar os reais efeitos desse tipo de comportamento. Não podem e nem devem ser tratadas de forma impune, por ser alguém próximo ou alguma autoridade na comunidade. Felizmente, Palmer teve a segurança de agir no ato, mas sabemos que para muitas a realidade não é a mesma.

Ainda continuávamos na casa de Rosa e após esse relato de Palmer, percebo que não somos mais apenas as três. De fato, não consigo explicar, mas, em determinado momento, outra irmã de Palmer passou a acompanhar mais de perto nossa conversa. Com a presença de tantas pessoas testemunhando seus relatos me senti incomodada e pareceu oportuno convidar Palmer para irmos até sua casa, que estava à poucos

passos de distância dali. Um trajeto curto, porém, essencial para prover a ética do cuidado.

A ética do cuidado é uma das características basilares que compõe a metodologia em pesquisas feministas. Segundo Somekh e Lewin (2015), essa abordagem destaca a importância da atuação da pesquisadora, bem como o papel fundamental de compartilhar e valorizar as experiências das participantes, com o objetivo de inspirar outras mulheres. Na busca pela desconstrução dos estereótipos e hierarquias frequentemente presentes na pesquisa acadêmica, essa característica reafirma o compromisso com a construção de um conhecimento responsável e acessível e estimula a relação “igualitária e respeitosa” entre pesquisadora e participantes.

Essa abordagem, escolhida para guiar a pesquisa, me permitiu um olhar mais atento, em todos os momentos em que estive com as participantes. Isso foi fundamental para que agora estivéssemos fazendo um tour pela parte interna da casa de Palmer. Ao entrar pela sala, a trabalhadora me direcionou a um corredor que, ao lado esquerdo, dava acesso a dois quartos – o dela, que divide com as duas filhas mais novas e o esposo, e o de

seus dois filhos mais velhos – um em cada lado do vão. Senti ela acanhada, pois a cada cômodo que me mostrava proferia desculpas referidas a organização do ambiente, embora não estivesse ali para isso. O quintal e a parte em construção foram os últimos apresentados por ela. As crianças continuavam brincando e ela explicava sorridente que os dois novos cômodos da casa ajudariam a acomodar melhor sua família, o que para as pequenas foi motivo de muita alegria.

De volta a sua sala, na companhia de suas filhas, com quem tive que dividir por alguns momentos a atenção da mãe, sentamo-nos no mesmo sofá. Começamos então a falar sobre a relação dela com a igreja. Palmer é batizada na Assembleia de Deus, desde 2016. Casou-se já sendo da igreja. Junto com seu esposo, é uma membra ativa, participando das ações de evangelização e pregação na comunidade onde reside. Ambos ainda são responsáveis por cuidar de uma das unidades da igreja localizada em um povoado próximo.

A presença das igrejas em comunidades urbanas e rurais brasileiras é amplamente estudada por sociólogos e antropólogos, que visam avaliar esse fenômeno e apresentar os impactos causados nessas

comunidades. Desde a metade do século XX, conforme Campos (2011), observa-se a expansão das igrejas pentecostais, com destaque para a Assembleia de Deus e a Congregação Cristã do Brasil, nas zonas rurais brasileiras, como forma de criar uma alternativa no segmento religioso nessas localidades.

A Assembleia de Deus, igreja evangélica frequentada por Palmer, é conhecida, culturalmente, por possuir doutrina arraigada no conservadorismo, através de um conjunto de normas mais rígidas em relação a vestimenta, a condutas consideradas “mudanas” – como consumo de álcool e drogas, envolvimento com jogos de azar e demais comportamentos que sigam esse padrão. Também condena a interação de seus membros com práticas culturais que fujam e os afastem dos principais preceitos do Evangelho, compreendidos, para Ferreira et al Sousa (2011), como “sacrifícios de renúncia a este mundo que devem ser feitos na busca pela santificação para manter o estado de salvação e a certeza de entrada no Reino de Deus”.

A ideia de abordar o tema da Igreja surgiu da minha curiosidade genuína em refletir sobre o papel e a influência dessa instituição na formação social das

mulheres, especialmente considerando a forte presença da comunidade religiosa nas áreas rurais. Lembro-me do momento em que essa reflexão começou a ganhar forma: durante uma formação de gênero, algumas das mulheres presentes compartilharam que ainda viam a igreja como um pilar fundamental na comunidade. Motivada por essa curiosidade, busquei ouvir de Palmer sua perspectiva sobre a igreja e compreender como ela percebe sua influência na vida dos fiéis.

Os primeiros momentos de sua fala foi sobre como Palmer enxerga a figura feminina dentro da Igreja. Para ela, há uma grande onda de desencorajamento por parte da Igreja a respeito das denúncias de mulheres em relação aos diversos tipos de violência a que são submetidas.

– A gente vê esse desestímulo em relação à denúncia de violência, à denúncia de tudo voltado para a área da mulher. Tipo, “ora que passa”!

Essa alegação feita por ela diz respeito ao que é orientado às mulheres, quando buscam na Igreja, geralmente na figura do pastor, para obter uma palavra de conforto, um pedido de socorro, quando são vítimas

de algum tipo de violência em casa e/ou no trabalho. Mesmo sendo evangélica, Palmer tem suas críticas à religião. Uma delas está em como as mulheres são retratadas em passagens bíblicas.

– Quando eu leio a Bíblia, eu vejo que até naqueles tempos antigos, (a mulher) já era violentada.

Palmer me conta uma história que a deixa indignada e revoltada – e confesso que até aquele momento nunca tinha ouvido falar –, de uma mulher que é dada em sacrifício em detrimento da integridade e segurança de um homem. Depois de nossa conversa, fui em busca da história, em um exemplar da Bíblia que tenho em casa, e a encontrei no livro de Juízes, capítulo 19, versículo um ao 30, intitulado “O Levita e a Morte da sua Concubina”.

A passagem bíblica conta a história de um sacerdote – o levita – que parte numa jornada para buscar e reconciliar-se com sua esposa – a concubina –, que havia fugido para casa de seus pais. Após o reencontro e entendimento entre os dois, ambos hospedados na casa do pai da mulher, os personagens principais dessa história protagonizam um grande conflito. No retorno

para casa, decidem fazer uma parada para o descanso. Socialmente renegados, se instalam na casa da única pessoa que os oferece guarita, um idoso, morador do local. Os demais homens da cidade, indignados com a atitude desse último, decidem encurralar a casa que abrigava o levita e a concubina, exigindo que ele e o idoso se entregassem. Eles, obviamente, negaram tal proposta, e em resposta, para “evitar” maiores conflitos ofereceram a mulher em sacrifício. O final dessa história marca um crime de violência sexual e ato de extrema violência física, cometida contra a mulher já morta.

Para além do exposto na literatura religiosa, no Brasil, os índices de violência contra mulheres são altos e refletem a sociedade estruturalmente machista, que necessita urgentemente de elaboração de sistemas protecionistas que garantam a segurança das mulheres, principalmente as que residem nas zonas rurais brasileiras e outras áreas geograficamente marginalizadas. Além da violência física, há ainda as violências verbal, financeira, moral, sexual, psicológica e contra à vida, tipificada, em 2015, e sancionada pela Lei Federal 13.104/15, como feminicídio, quando, em

razão das desigualdades de gênero, a vida de uma mulher é interrompida por meio da violência doméstica.

Conforme o levantamento do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), que teve como base os crimes oficialmente registrados no ano de 2022, no Brasil, a taxa de feminicídio cresceu 6,1%, apontando que 7 em cada 10 mulheres foram mortas dentro de suas casas. Essa pesquisa indica ainda o crescimento de todos os crimes cometidos contra a mulher no país. Analisando o recorte raça, 61,1% das vítimas eram mulheres negras e 1,9% dos feminicídios e 3,3% das demais mortes violentas de mulheres brasileiras ocorreram na área rural.

O rechaço de Palmer vem da exposição diária aos noticiários que estão repletos de casos de feminicídio, violência doméstica e os demais crimes dos quais as mulheres são vítimas. Ainda que não possua um letramento feminista, sua postura em relação às violências direcionadas é firme. Tendo a leitura como hobby, essa história é só mais uma das muitas lidas por Palmer. Ela menciona que essa passagem a deixa revoltada, pois ilustra como as mulheres são diariamente

atravessadas por diversas situações de violência em detrimento da necessidade e integridade masculina.

Outro fator que descontenta a ação de Palmer, em relação a esse e outros exemplos apresentados por ela, vem também da tratativa que é dada às mulheres, por parte da própria Igreja. De acordo com seu relato, é comum ainda dentro dessas instituições discursos punitivos e regras mais rígidas que norteiam os comportamentos e as posturas das mulheres. Quando são vítimas, de forma sutil, a comunidade religiosa costuma lançar sob elas olhar julgador, inferindo culpa às elas.

– A mulher, [...] é vista como sempre. Sempre é aquela história, “mas você tem que aceitar”. E assim, tem que ser aquela aceitação. Porque, tipo, como a gente vive na Igreja, [...] se for vista de outro jeito, é punido também. Tipo, afastado.

Pedi para ela me explicar melhor e ela pediu que imaginasse uma situação. Se, no ambiente de trabalho, você foi ofendida e, por conta disso, acabe se exaltando ou reagindo de forma mais impulsiva. Mesmo sendo uma situação ocorrida fora da Igreja, essa atitude pode levar a uma repreensão ou até a uma medida disciplinar

dentro da comunidade religiosa, por entenderem que seu comportamento não condiz com os valores esperados de um membro. Essa repreensão se estende aos lares das membras também, quando a igreja toma conhecimento de seus assuntos mais pessoais, como, por exemplo, sua vida conjugal.

– Às vezes, dentro de casa acontece algo, um bate-boca, umas discórdias um com o outro, é o que acontece. E, às vezes, até mesmo nesse ponto, às vezes pode chegar para a Igreja [...] e tem aquela punição.

Essas punições se apresentam em forma de preconceito, reforço de estereótipos e conceitos conservadores, como estímulo ao aceite de qualquer postura inadequada dos maridos, ou de outros homens nos demais ambiente. “Mas você tem que aceitar” foi uma fala dita muitas vezes por Palmer, que já vivenciou o adultério de seu esposo.

O adultério, na perspectiva feminista, é mais um exemplo de como a desigualdade de gênero age de forma violenta na vida das mulheres. Façamos uma breve viagem ao Brasil de 1830, onde o Código Penal que regia as normas do país, considerava o adultério cometido pela

mulher como crime em qualquer circunstância, enquanto os homens, se cometessem tal ato, só seria atribuído como tal se o caso viesse a público.

Tulio (2022) aborda, em seus estudos, que essa diferenciação legal evidencia que a desigualdade de gênero que baseava as leis brasileiras na época, legitimava violências cometidas contra mulheres, perpetuando uma cultura predatória e opressora. Essa autora usa o exemplo da legislação de 1830 como forma de denúncia às estruturas patriarcais da sociedade, que corroboram há muito tempo com a continuidade da opressão e subjugação feminina.

Outra questão levantada na nossa conversa foi a liderança de mulheres dentro dessas comunidades religiosas. Palmer enxerga uma singela evolução da época que iniciou na Igreja para atualidade. Em sua instituição, as mulheres são distribuídas em vários cargos, regente de círculos de oração, podendo inclusive liderar grupos compostos por homens. Exercem também cargos de alta liderança, como missionárias pregadoras, que, na sua comunidade religiosa, equivale ao cargo de Pastor, autoridade máxima da instituição.

Após 16 anos de sua “conversão<sup>7</sup>”, ela ainda destaca mudanças no pensamento da Igreja sobre o comportamento no casamento e na visão sobre o papel da mulher na sociedade. Em seu relato, relembra que, no seu início nesse apostolado, as normas e condutas eram mais rígidas, principalmente determinadas para vivência em casa. O pensamento machista sobre “o homem ser considerado o ‘dono da casa’”, a fez presenciar situações complicadas, quando ainda morava com seus pais. Palmer foi testemunha das inúmeras vezes que sua mãe solicitava auxílio ao seu pai nas atividades domésticas e a resposta, sempre negativa, vinha acompanhada da frase “Isso é coisa de mulher”. “Cresci ouvindo isso” pontua ela sobre a convivência dentro da casa dos pais.

Hoje, ela acredita que essa mentalidade tem mudado, embora lentamente. Palmer reconhece que ainda vivemos em uma sociedade machista, mas já há avanços. Nas igrejas, por exemplo, há discussões sobre os papéis dos membros do núcleo familiar em suas casas. Comparada as outras congregações, que ainda mantêm

---

<sup>7</sup> Na religião, conversão significa mudança, de costumes, de conduta. Grosso modo, seria renunciar às convenções mudanas para viver os preceitos religiosos escolhidos pela pessoa.

visões rígidas, como a ideia de que o homem deve ter autonomia sobre a tomada de decisão, até mesmo em relação a intimidade do casal, ela enxerga que, na Assembleia de Deus, os ensinamentos evangélicos têm sido mais equilibrados. Ela afirma que, em sua congregação, pelos menos, defendem que “O corpo do marido pertence à esposa, e o da esposa ao marido”. Ou seja, as decisões devem ser tomadas em conjunto, com amor e respeito, como a Bíblia orienta.

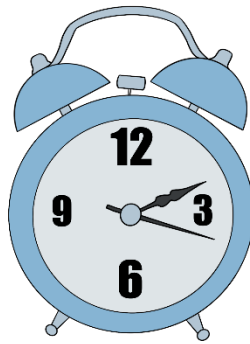
– O homem também tem o dever de ajudar, de fazer sua parte como pai, esposo e companheiro. Ele deve zelar pela família junto com a mulher, dividindo as responsabilidades.

Palmer, mulher negra, de 37 anos, mãe de 4 filhos, é trabalhadora rural assalariada. Há 20 anos trabalha no regime de contrato, o que de certa forma atravessa sua vida com instabilidade, baixa autoestima financeira, sobrecarga emocional e física também. Nesse encontro, ela pôde nos mostrar quão consciente é sobre a realidade das mulheres que residem e trabalham na zona rural. Evidenciou diversas violências sob as quais diariamente, mulheres, que estão no campo, são vítimas.

Nos mostrou que ainda que tenhamos avançado em políticas públicas, conscientização sobre violência contra mulher, racismo, direitos dos trabalhadores, o passo ainda é tímido, ainda mais quando falamos de zona rural.

Chegada a hora da despedida, fomos ligeiramente “interrompidas” por uma das pequenas, que implorava autorização da mãe para tomar banho de mangueira. No momento, Palmer falava sobre seus planos para o futuro. Com grande afeição por costura, ela tem aprimorado o talento na confecção de panos bordados e roupas íntimas, arte que aprendeu com sua tia ainda quando estava na Paraíba. Com orgulho, exhibe para mim a primeira leva de panos bordados, fruto das encomendas que recebeu. As peças são coloridas e feitas a mão. Unem a pintura de com o bordado em crochê, ilustrando a dedicação de Palmer no que antes era um passatempo, mas que agora é a grande aposta na mudança de profissão. Encarando isso como mudança, Palmer, que nunca aspirou o trabalho no campo, demonstra, mesmo que por um breve momento, o seu cansaço. Há também o fator de que a possibilidade de criar algo a empolga, diverte e afaga o seu coração.





**TERÇA QUALQUER**

“Pi Pi Pi!” Soa o alarme incessantemente. Entre vibrações e tintilar, o visor do celular marca 4:50 da manhã, o que me dá apenas dez minutos para levantar, vestir a farda e abrir os olhos, quase sempre nessa ordem. Às cinco em ponto, a buzina alta o suficiente para atravessar o grande portão azul Royal e um quintal com uma extensão de quase três metros, marcam o horário de saída, que nem sempre permite atrasos, já que às 5:20, outro transporte tão pontual quanto o anterior, rompe as curvas da rotatória do Tabuleiro. O destino: Maniçoba.

Subir na moto de Levi e romper madrugada adentro pode ser encarado de diversas maneiras. Quase sempre é incômodo, quando as rajadas frias de vento entram pelo capacete, ou chicoteiam seus braços, ainda mais quando no bendito dia o casaco, necessário para proteção, é banalmente esquecido. Sorte a minha, que, em Juazeiro, até as madrugadas mais frias, costumam ter seus momentos de calor descomunal.

Às 5:20 da manhã, a “topique” surge na rotatória, vindo da Rua da Barragem com sentido a Rodovia Estadual 210. O destino é Maniçoba, precisamente uma das sete fazendas que estão instaladas lá no perímetro. Passam os degraus da entrada do carro, somente Seu Almir, e agora eu, que passo a habitar um veículo com sete metros de extensão, que percorrerá a rodovia pelos

próximos trinta minutos, o qual certamente eu vou dormindo.

Os primeiros sinais de que chegamos à Vila Santa Inês são as buzinas disparadas por Seu Almir, a fim de avisar aos maniçobenses que o primeiro carro, com saída para Juazeiro, já se encontrava entre eles. A parada no ponto final não indica que o destino foi alcançado, pelo contrário, mais um carro precisa ser tomado.

Às 6:40 da manhã, o veículo passa a ser um dos muitos ônibus, que presta serviços à Fazenda, responsável por levar os milhares de trabalhadores diariamente para mais um dia de labuta. Novamente, sou só eu e o motorista, que agora aguardamos a lotação do transporte estar completa, fato que não demora muito, quando um por um, cada trabalhador, adentra o coletivo.

Na estrada de chão, com longos trechos esburacados, a poeira vermelha mistura-se à vista da janela, e ao cenário já tomado pela extensa área de manga da Fazenda, dando os primeiros indícios que a parada, para a qual me programo desde as zero horas, se aproxima. Pega bolsa, veste a bota, confere se nada ficou no assento do ônibus e sai, acompanhada de parte do

grupo de jovens, na intenção, de pontualmente, às sete horas, os pontos já terem sido batidos.

A atividade do dia é a exaustiva limpeza de carreira, ou, como usualmente é chamada, “cato do fruto”, que une a necessidade da empresa de que as mangas podres sejam retiradas das copas, com a mão de obra pouco experiente, ainda em capacitação e, claro, completamente barata, à disposição. Traçada a meta, encontramos o pedaço de madeira que melhor atenda às exigências de alcance da copa, sem que tenhamos que nos aproximar mais que o necessário da planta. Espeta o fruto, joga-o na “rua” e repete o processo infinitas vezes até que toda a tarefa tenha sido cumprida.

Dez horas, as copas das mangueiras, que antes eram o local de trabalho, passam a ser um espaço de descanso e descontração entre os aprendizes, que se atualizam sobre suas vidas pessoais. Eles falam suas prospecções de um futuro recente até que possam então bater seus pontos, dando fim ao dia de trabalho.

Batem o ponto, se direcionam ao ônibus e durante 40 minutos, um a um dos 24 aprendizes descem em seus vilarejos para dar continuidade ao seu dia. Às doze, já no

Dois, 15 minutos é o tempo existente para banho e almoço, atividades que precedem a segunda jornada do dia.

Mais um ônibus faz parte dessa segunda jornada, o próximo destino é o centro de Juazeiro, precisamente à praça da Misericórdia, que carinhosamente apelidei de “minha casa”. Lá, diariamente, por um ano, passei todas as tardes, de segunda a sexta – alguns sábados – sentada num de seus bancos, aguardando as aulas do pré-vestibular iniciarem às seis horas da noite.

Além das quatro horas de aula, mais 15 minutos de intervalo passam a se acumular no corpo. O sono agora trava uma efervescente batalha por atenção, junto a matéria do dia. Claro que ele é o mais forte. O que se esperava? Também não é como se as aulas de exatas, lecionadas no dia, fossem tão atrativas, misturando seus “x” e “y” das equações aos pensamentos exaustos, que só clamavam o descanso daquele dia.

Às dez da noite, não é nenhuma novidade que mais um ônibus precisa ser tomado. No retorno para casa, a incerteza, se haveria alguém para esperar e garantir a segurança no trajeto para casa, que não era

longe, mas em condições atípicas provocava medo no mais corajoso dos homens. Na maioria das vezes não havia ninguém. Não havia ninguém naquela terça.

“Corre!” “Meu Deus, me proteja!” “Deus, que não seja o meu dia” foram frases repetidas mentalmente todas as vezes que a travessia foi realizada sozinha. Chegar em casa quase nunca findava a agonia. Diferentemente da buzina, que irrompe o portão e os pouco mais de três metros de quintal, os gritos, que esperavam desesperados acordar quem estava dentro, quase sempre eram frustrados. Estratégias foram desenvolvidas para esses momentos, como pular o muro em algumas situações.

Uma vez nas instalações e finalmente longe de todo perigo que a rua oferecia, o relógio marca doze da noite. Enquanto a comida é engolida, os pensamentos, que antes se distanciaram da matemática básica, são tomados por cálculos precisos que informam quantas horas seriam dormidas. Menos de quatro horas.

Liga o ventilador, apaga a luz e se deita. Um ritual simples, mas que sempre transmite a paz de um dia concluído. Aos poucos, a “historinha” que sempre é

criada antes da chegada completa do sono começa a fugir o controle, perdendo a total habilidade de prever os comportamentos de seus personagens, um sinal claro de que o sono apenas espera o momento de apagar por completo meu corpo, unido aos olhos cada vez mais pesados e a respiração mais espaçada...

“Pi Pi Pi!”



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018.

ALMEIDA, Ronaldo de. *A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo*. Cadernos Pagu, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/Cr9ShrVJbCWsDHMrxTDm3wb/>. Acesso em: 24 dez. 2024.

ALVES, L. D. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. *Revista Katály*, v. 25, n. 2, p. 212–221, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/NVD7NG3FPfcQ5MsmkfCwthd/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*. In: *A Nova Morfologia do Trabalho e Suas Principais Tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor*. Boitempo, 2013.

AQUINO, Arthur de. Efeitos da abertura econômica no Brasil dos anos 1990 em duas perspectivas comparadas.

*Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*, v. 1, n. 2, 2013.

ASSÉDIO Moral no Trabalho: Lei 14.457/22. Jusbrasil, 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/assedio-moral-no-trabalho-lei-14457-22/1814156354>. Acesso em: 25 nov. 2024.

Assembleias de Deus no Brasil: De 1517 a 1979. *Vox Faifae*, v. 5, n. 3, 2013. Disponível em: <http://www.faifa.edu.br/revista/index.php/voxfai/fae/article/view/83>. Acesso em: 24 dez. 2024.

BARBOSA, Ianne Samara Bastos Lima. *Cotidiano das Trabalhadoras da Viticultura do Vale do São Francisco: Um Estudo Fotoetnográfico*. Orientador: Prof. Dr<sup>a</sup>. Edonilce da Rocha Barros. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2020.

BATISTA DE SOUSA, C. K.; CASTRO COELHO ANDRADE, T. A importância da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e seu Papel Transformador no Aprimoramento da Qualidade de Vida das Comunidades

Atendidas. *Revista Extensão*, v. 8, n. 1, p. 127-135, 16 fev. 2024.

BEDOR, C. N. G. et al. Vulnerabilidades e situações de riscos relacionados ao uso de agrotóxicos na fruticultura irrigada. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 12, p. 39–49, 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tgDZyzHCJZb6kwHJp\\_fjT4kt/](https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tgDZyzHCJZb6kwHJp_fjT4kt/). Acesso em: 18 dez. 2024.

BESERRA, Lucimara. *Vida, trabalho e saúde de mulheres trabalhadoras do campo no contexto do agronegócio em Mato Grosso*. 2022. 173 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

BOTTON, Fernando Bagiotto. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. *Revista Vernáculo*, v. 1, n. 19/20, 2007. DOI: 10.5380/rv.v1i19/20.20548. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20548>. Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL, Controladoria Geral da União.

BRASIL, Ministério da Educação.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. C184 - *Convenção sobre Segurança e Saúde na Agricultura, 2001 (n.º 184)*. Disponível em: [https://normlex.ilo.org/dyn/nrmlx\\_en/f?p=NORMLEX\\_PUB:12100:0::NO::P12100\\_INSTRUMENT\\_ID:31232\\_9#A7](https://normlex.ilo.org/dyn/nrmlx_en/f?p=NORMLEX_PUB:12100:0::NO::P12100_INSTRUMENT_ID:31232_9#A7). Acesso em: 18 dez. 2024.

CARVALHO, Antonio Henrique Habib; DE MELO, Daniele de Castro Pessoa; FILHO, Raimundo Nonato Lima. Coleta e tratamento de esgoto sob a percepção dos ribeirinhos da cidade de Juazeiro – Bahia. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, jul.-set. 2016. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2016/03/juazeiro.html>. Acesso em: 04 dez. 2024.

CODEVASF. *Projeto Público Irrigado de Maniçoba*. 2023. Juazeiro: CODEVASF, 2023. Disponível em:

<https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocios/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/em-producao/manicoba#:~:text=Encontra%2Dse%20ocupa%20atualmente%20uma,%2C%20sendo%2062%25%20%20C3%A1rea%20empresarial>. Acesso em: 14 dez. 2023.

COLETTI, Claudinei. Os sindicatos de Trabalhadores Rurais no Brasil: Origem, características fundamentais. *Revista Direitos Fundamentais*, v. 1, n. 2, p. 119–149, 2019. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/DireitosFundamentais/article/view/1521>. Acesso em: 18 dez. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento Para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, p. 171–188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2024.

**DEL PRIORE, M.** História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

**DIEESE.** O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro: 2014. São Paulo: DIEESE, 2014. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estp-esq74trabalhoRural.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2023.

**FERREIRA, Wiris Orimar.** Religião, Política e Conservadorismo: o caso da Assembleia de Deus Seta em Araguaína, Tocantins. Orientadora: Profa. Dra. Olivia Macedo Miranda de Medeiros. 2022. Dissertação (Mestrado em Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2022.

**FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA.** 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

**FURTADO, Fabrina; KATO, Karina; DE BARROS JUNIOR, Orlando Aleixo.** Raça, Gênero e Classe: as interseccionalidades da estrutura fundiária brasileira. Rio de Janeiro: [s.n.], 2022.

**GAREIA, Eduardo Garcia.** Saúde e segurança no Trabalho Rural com Agrotóxicos: Contribuição para

uma abordagem mais ampla. Orientador: Prof. Dr. Sérgio Colacioppo. 1996. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

**GUIMARÃES, Ethel de Miranda Bezerra.** Evolução Histórica do Trabalho da Criança e do Adolescente. Orientador: Prof. Emanuel de Abreu Pessoa. 2011. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

**HEREDIA, Beatriz; CINTÃO, Rosângela.** Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. Revista Nera, v. 9, n. 8, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443/1420>. Acesso em: 07 jun. 2023.

**IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.** Censo Brasileiro de 2013. IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/dados#:~:text=No%20%C3%BAltimo%20sens>

o%20populacional%20do,7%2C4%25%20da%20popul  
a%20C3%A7%C3%A3o.. Acesso em: 07 jun. 2023.

**IMHOF, Afonso.** A mulher operária em Joinville: situação, preconceito e discriminação. *Revista de História*, São Paulo, n. 111, p. 209–217, 1977. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i111p209-217. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/75654>. Acesso em: 18 dez. 2024.

**LABORATÓRIO THINK OLGA.** Esgotadas. 2021. Cartilha. Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/esgotadas/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

**LEITE, Marcia de Paula.** Tecendo a Precarização: Trabalho a Domicílio e Estratégias Sindicais na Indústria de Confecção em São Paulo. *Trabalho, Educação e Saúde*, p. 239-265, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/gzWZChZQbdRtxKBCtjyb7fx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2024.

**LEWIN, Cathy; SOMEKH, Bridget.** Teoria e métodos de pesquisa social. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Metodologias feministas*. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 111-125.

**MENDONÇA, Selvina da Costa.** Dependência Do Estado Como Barreira à Emancipação Dos Pequenos Produtores Assentados No Perímetro Irrigado De Maniçoba (Juazeiro-BA). Orientador: Prof. Dr. Rubens de Toledo Júnior. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5548>. Acesso em: 25 nov. 2024.

**NEGRI, S. M.** Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. *Coletâneas Do Nosso Tempo*, p. 129-153, 2008. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108>. Acesso em: 18 dez. 2024.

**PAIVA, C. C. da S.; SOUSA, R. B. de; RIBEIRO, E. J.** Gênero, Educação e Metodologias Feministas. *Cenas Educacionais*, v. 4, p. e11421, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/11421>. Acesso em: 24 nov. 2024.

**PAZ, Marcelo Dantas Matos da; VIEIRA, Denes Dantas.** Agronegócio da Agricultura Familiar com a Cultura de Manga no Distrito Maniçoba em Juazeiro (BA). *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, v. 10, n. Ed.esp., p. 33–49, 2017. DOI: 10.17765/2176-9168.2017v10nEd.esp.p33-49. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/5642>. Acesso em: 24 nov. 2024.

**PERROT, M.** *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

**SANTOS, Micael Santos Honório.** Mudanças nos desfiles escolares da Festa dos Colonos de Maniçoba: Território, Cultura, Identidades e Educação Contextualizada. Orientadora: Profa. Dra. Edonilce da Rocha Barros. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2021.

**SILIPRANDI, Emma Cademartori.** Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Face às Intervenções do Estado na área de Sobradinho – Bahia 1971/1987: O caso de Remanso e Pilão Arcado. Orientadora: Paola Cappelin Giuliani. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia

Rural) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1988.

**SILVA, Altair Germano da.** Os Antecedentes Históricos da Educação Teológica nas Assembleias de Deus no Brasil: De 1517 a 1979. *Vox Faifae*, v. 5, n. 3, 2013. Disponível em: <http://www.faifa.edu.br/revista/index.php/voxfai/fae/article/view/83>. Acesso em: 24 dez. 2024.

**SIQUEIRA, Gustavo S.** Uma história do crime de adultério no Império do Brasil (1830-1889). *História do Direito*, v. 1, n. 1, p. 122–131, 2020. DOI: 10.5380/hd.v1i1.78723. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historiadodireito/article/view/78723>. Acesso em: 4 jan. 2025.

**SOUZA, C. H.; DUCCINI, L.** Aspectos de precariedade urbana nos bairros Itaberaba e João Paulo II em Juazeiro (BA). *Revista Cerrados*, v. 15, n. 02, p. 246–262, 2017. DOI: 10.22238/rc24482692v15n22017p246a262. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/1316>. Acesso em: 25 nov. 2025.

**SOUZA, Raiane Barboza de.** Processos Formativos das Trabalhadoras da Fruticultura Irrigada no Programa Chapéu de Palha Mulher (Petrolina-PE). Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Edonilce da Rocha Barros. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2020. Disponível em: [https://sucupiralegado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=8828831](https://sucupiralegado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8828831). Acesso em: 25 nov. 2024.

**TULLIO, Ágatha.** Atendimento à Violência Contra a Mulher e Covid-19: Trabalho nos Núcleos Maria da Penha em Tempos de Pandemia. Orientador: Prof. Dr. Gonçalo Cassins Moreira do Carmo. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

**XAVIER, G. L.** Os Assalariados Rurais Urbanizados: Sobre o Fenômeno Urbano e os Trabalhadores Rurais na Alta Modernidade – Goianésia, Goiás. Universidade Federal de Goiás, 2013.



